

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Eduardo Hugo Frota Neto

**Sobre a influência da fantasia na percepção
e na teorização das perversões**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ana Maria Toledo de Piza Rudge

Rio de Janeiro
Janeiro de 2011



Eduardo Hugo Frota Neto

**Sobre a influência da fantasia
na percepção e na teorização das perversões**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Ana Maria de Toledo Piza Rudge
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marcus Andre Vieira
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Betty Bernardo Fuks
UVA - RJ

Prof. Gisálio Cerqueira Filho
Instituto de Ciências Humanas –UFF/RJ

Profa. Manoel Tosta Berlinck
PUC - São Paulo

Profa. Denise Berruezo Portinari
Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa
do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

Eduardo Hugo Frota Neto

Graduou-se em Psicologia (Formação de psicólogo e Bacharelado) na PUC-Rio em 2002. Concluiu mestrado em Psicologia Clínica – Teoria e prática psicanalítica na PUC-Rio em 2005.

Ficha Catalográfica

Frota Neto, Eduardo Hugo

Sobre a influência da fantasia na percepção e na teorização das perversões / Eduardo Hugo Frota Neto ; orientadora: Ana Maria Toledo de Piza Rudge. – 2011.

99 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Perversão. 4. Fantasia. 5. Perversidade. 6. Medicina legal. I. Rudge, Ana Maria Toledo de Piza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fundamental subsídio.

A Ana Maria Rudge pela liberdade, confiança e disposição.

A Leopoldo Hugo Frota, pelo incentivo e valorização da vida acadêmica. A Marluce Haikal e Pedro Muglia, pelo carinho. A Aline Leal, pela paciência.

A Carol e Rodrigo Medeiros, Politta e Fernando, por todo o apoio e disponibilidade.

À minha família, amigos, colegas e professores, e todos que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Resumo

Frota Neto, Eduardo Hugo; Rudge, Ana Maria de Toledo Piza (Orientadora). **Sobre a influência da fantasia na percepção e na teorização das perversões**. Rio de Janeiro, 2011. 99p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Investiga-se os elementos da fantasia que influenciam a percepção e as reações sociais e subjetivas aos crimes sexuais, e seus efeitos na teorização das perversões, desde sua origem na Medicina Legal do Século XIX. A abordagem é orientada à elucidação das moções pulsionais que determinam as características dos discursos que delimitam o perverso como uma entidade nosográfica.

Palavras-chave

Psicanálise; perversão; fantasia; perversidade; Medicina Legal.

Abstract

Frota Neto, Eduardo Hugo; Rudge, Ana Maria de Toledo Piza (Advisor). **On the influence of fantasy on the perception and theorizing of perversions**. Rio de Janeiro, 2011. 99p. Doctorate Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis investigates fantasy elements that influence the perception and the social and subjective reactions to sexual crimes, and their effect on the theorization of perversions, from its origins in nineteenth century's Legal Medicine. The approach is focused on elucidating the impulses which determine the characteristics of the discourses that define perversion as a nosographic entity.

Keywords

Psychoanalysis; perversion; fantasy; perversity; Legal Medicine.

Sumário

1. Introdução	8
2. Um modelo temido e invejado	15
2.1. Função e gênese do algoz na psicodinâmica das massas	15
2.2. Tabu, transgressão e inveja	22
2.3. A vitimação do algoz e a refeição totêmica	24
3. A abordagem médico-legal da perversão	28
4. Da sedução à fantasia	41
4.1. Fantasia e masoquismo	44
4.2. O sinistro e o diabólico	49
4.3. A angústia e suas figurações	56
5. Klein e a psicodinâmica primitiva	65
5.1. Sobre a natureza da fantasia	68
5.2. A posição esquizo-paranóide	70
5.3. Inveja	74
5.4. A posição depressiva e as defesas maníacas	77
6. Os objetos maus nas configurações de defesas	81
6.1. Gênese do supereu e dos objetos maus	83
6.2. Defesas paranóides	85
6.3. Defesas fóbicas arcaicas	87
6.4. Defesas maníacas	88
6.5. Nota sobre as defesas obsessivas	90
7. Conclusão	91
8. Referências bibliográficas	95

1

Introdução

Durante o mestrado tomei como tema a perversão e empreendi um questionamento do conceito contrastando-o com os caminhos da teorização freudiana, demonstrando suas origens na Medicina Legal do século XIX e buscando os ecos destas origens em elementos de discursos psicanalíticos contemporâneos que divergiam do tratamento dado por Freud ao tema. A partir da visada freudiana e das idéias de Foucault, Lanteri-Laura e Robert Barande, entre outros, comecei a me perguntar se a pregnância do conceito não se devia à função psíquica que desempenhava, ao invés de sua precisão teórica.

Tal função, se parece supérflua e até contraproducente quando convocada a operar na Psicanálise¹, era clara e inequivocamente útil aos propósitos da psiquiatria oitocentista. A perversão, em sua origem, delimitava (como, aliás, continua fazendo em todos os discursos em que figura, segundo Barande (1980)) um campo de exclusão, de exceção – de anomalia, diria Foucault. O celeiro histórico da cientifização desta noção, a Medicina Legal do século retrasado, produziu esta entidade nosográfica a partir de uma lógica e de necessidades jurídicas, que tinham eco em demandas sociais de culpabilização e vitimação. O amálgama ‘perversão’, então, deixara entrever necessidades e dinâmicas psicossociais insuspeitadas, e elas se tornaram o centro de meu interesse.

Pois estas demandas não operaram exclusivamente durante o século XIX, e ainda rondam a teorização, mesmo psicanalítica, da sexualidade; elas continuam aparecendo também, de forma bastante explícita, nos processos movidos contra indivíduos acusados de crimes sexuais e, mormente, na mobilização popular que tais acusações suscitam. Estas motivam a formação de um vínculo entre as pessoas através da eleição de um potencial algoz em comum, e da identificação entre os membros do grupo como possíveis vítimas. Ou, melhor, entre os membros da massa, dado que tais coletividades prescindem de níveis elevados de

¹ Muito se teoriza na Psicanálise pressupondo a perversão como diagnóstico, como estrutura, como entidade nosográfica. No entanto, este perverso é uma figura caracterizada por muitos autores, paradoxalmente, como incapaz de se engajar em um processo analítico. Se o interesse pelo conceito não tem fins clínicos, cabe nos perguntarmos até que ponto não teria fins meramente excludentes, pois, em sendo o caso, viria prestando apenas desserviços.

organização para se formarem e funcionarem.

De fato, o que tais mobilizações demonstram é que este tipo de vínculo, em sua forma mais simples e espontânea – sua forma originária, talvez – prescinde, no fundo, de condução por parte de um líder: refiro-me à modalidade de violência que se concretiza nos linchamentos de criminosos sexuais, por exemplo. Ela nos coloca a tarefa de buscar um entendimento da intolerância que penetre mais fundo e vá além da mera submissão natural das massas e do papel decisivo do líder no estabelecimento e manutenção desta intolerância.

Visarei aqui algo talvez diferente, talvez alguém disso, mas certamente complementar: a ancoragem do criminoso sexual na fantasia – como uma pré-condição para que seja apontado à vitimação por uma figura de liderança – e os efeitos desta ancoragem na teorização das perversões, que desde sua origem oitocentista toma os crimes sexuais como matéria-prima.

Um exemplo da mobilização causada por acusações de crime sexual pode ser encontrado em um documentário intitulado *Na captura dos Friedmans* (Jarecki, 2004). O filme reconstitui, utilizando-se de registros em vídeo da época e da coleta atual de depoimentos, a estória do julgamento e prisão de Arnold Friedman e seu filho caçula, acusados de pedofilia. A interceptação pela polícia de revistas de tal conteúdo endereçadas pelo correio ao Sr. Friedman serve como ponto de partida e fornece a única prova material de um processo que adquirirá um escopo e uma visibilidade impressionantes através da proliferação de depoimentos de crianças – supostamente vítimas de assédio durante as aulas ministradas por Arnold – e cobertura midiática intensa. Acompanha-se, passo a passo, a dimensão que o julgamento vai tomando, a mobilização de um número cada vez maior de pessoas em torno da família Friedman, desde os pais de crianças supostamente molestadas até os telespectadores dos noticiários nacionais, e a força que tal mobilização vai aplicando sobre as estratégias e decisões judiciais. Momentos exemplares ocorrem quando os acusados, em desespero, declaram-se culpados de assédio, por insistência de seus próprios advogados, como manobra de barganha em relação à pena. A forma indisfarçadamente diretiva pela qual são colhidos os depoimentos das crianças e as incoerências e contradições que estes evidenciam deixam bem claro o quanto de bom senso

estavam todos os envolvidos dispostos a sacrificar, conscientemente ou não, em nome das moções pulsionais que impeliam todo o processo.

Arnold Friedman foi um algoz particularmente difícil de eleger, já que lhe faltavam recursos para satisfazer seus impulsos proibidos abertamente, ou para fazer valer sua vontade diante de um membro sequer da comunidade. Pelo contrário, o que presenciamos durante todo o documentário é a impotência e apatia do Sr. Friedman diante de tudo o que lhe acontece. No entanto, os atributos do algoz, sua onipotência e monstrosidade, se fazem presentes assim mesmo, não em Arnold, mas no discurso que vai sendo tecido a seu respeito: nos noticiários, nas declarações da polícia e, principalmente, nos depoimentos de suas supostas vítimas, que mais parecem "fantasias grotescas", nas palavras de um dos alunos do Sr. Friedman:

Minha lembrança das aulas é basicamente positiva, agradável. (...) Os tipos de comportamentos descritos [pelos acusadores] eram, bem, simplesmente satânicos em sua natureza, eles o fazem parecer algum tipo de sádico brutal. (...) A própria natureza destas acusações é tão absurda, quase parece alguma espécie de fantasia grotesca.² (Ron Georgalis, 28m39s).

O excesso de angústia que se depreende de tais descrições indica o quanto as acusações são conduzidas pela pulsionalidade dos próprios acusadores, num mecanismo, diz Freud, neurótico:

Em alguns casos as características da angústia realística e da angústia neurótica se acham mescladas. O perigo é conhecido e real, mas a angústia referente a ele é supergrande, maior do que nos parece apropriado. É esse excedente de angústia que trai a presença de um elemento neurótico. (...) ao perigo real conhecido se acha ligado um perigo instintual desconhecido (Freud, 2001 [1925a], p. 98).

Além da superestimação da figura do algoz, o caso Friedman é marcado pela presteza com que as acusações se estendem ao filho de Arnold, Jesse, que acaba cumprindo uma extensa pena de reclusão apesar de não ter havido nenhuma prova material contra si. Em determinado momento do processo os advogados se empenham justamente em desvincular os acusados um do outro perante o tribunal, e é significativo que tal momento seja aquele em que Arnold Friedman

² No original: "My general recollection of the classes is basically a positive one, a pleasant one. [...] The types of behaviours which were described were, well, just downright satanic in nature, they make him sound like some kind of brutal sadist. [...] The very nature of these charges is so absurd, it seems almost like some kind of grotesque fantasy."

relutantemente se declara culpado. Que tal momento tenha sido o mais oportuno para desvencilhar Jesse de Arnold e passar a empenhar todo o esforço jurídico para inocentar o primeiro é um indício de que a figura do algoz é, de certa forma, negociável, e que é ao menos minimamente indiferente que uma ou outra pessoa desempenhe tal papel.

Nesta possibilidade de deslocamento da função de algoz nos encontramos com Freud, que relata uma anedota sobre a demanda de culpabilização, estabelecendo um paralelo com a situação analítica:

Conhecemos este traço; é característico dos processos de [investimento]³ no [isso]⁴. Ele é encontrado nos [investimentos] eróticos, onde se manifesta uma indiferença peculiar com relação aos objetos, sendo especialmente evidente nas transferências que surgem na análise, as quais se desenvolvem de modo inevitável, independentemente das pessoas que são seu objeto. Há não muito tempo atrás, Rank publicou alguns bons exemplos da maneira pela qual atos neuróticos de vingança podem ser dirigidos contra a pessoa errada. Tal comportamento por parte do inconsciente nos faz lembrar a cômica história dos três alfaiates de aldeia, um dos quais tinha de ser enforcado porque o único ferreiro do povoado cometera um delito capital. A punição tem de ser exigida, mesmo que ela não incida sobre o culpado (Id., 1997 [1923], p. 48).

Esta história havia sido citada pela primeira vez em um trecho de seu livro sobre os chistes:

Há uma história cômica (...) de uma vila húngara onde o ferreiro fora condenado à pena capital. O burgomestre resolveu, entretanto, que um alfaiate e não o ferreiro devia ser enforcado, pois havia dois alfaiates na cidade mas não havia um segundo ferreiro e o crime devia ser expiado. Um deslocamento como esse da figura da pessoa culpada contraria naturalmente todas as leis da lógica consciente, mas, em absoluto, o modo de pensamento do inconsciente (Id., 1996 [1905a], p.192).

Esta necessidade de expiação parece ser especialmente urgente quando se trata de crimes sexuais. Nestes casos a demanda de culpabilização chega a se sobrepor aos trâmites jurídicos, provocando reações sociais cuja intensidade se desenvolve independentemente de qualquer evidência, investigação e verificação.

Um exemplo mais próximo de nossa realidade o demonstra: o caso de uma

³ Em nome da inteligibilidade, utilizo ‘investimento’ ao invés de ‘catexia’ para traduzir o conceito freudiano de *Besetzung*, ciente das irreduzíveis diferenças de significados e conotações em relação ao termo alemão, que “evoca a imagem de um espalhamento que preenche, ocupa e bloqueia os espaços” (Hanns, 1996, p. 89).

⁴ Utilizo ‘o eu’, ‘o supereu’ e ‘o isso’ para traduzir os conceitos freudianos *das Ich*, *das Über-ich* e *das Es*, respectivamente. Os adjetivos correspondentes aos dois primeiros conceitos, no entanto, permanecem como na tradução brasileira da Edição *Standard* das Obras Completas de Freud – egóico(a) e superegóico(a), respectivamente – para evitar termos canhestros.

escola paulista, a Escola Base, foi descrito por Ribeiro (2000) em detalhes. Em 1994 a acusação de abuso sexual por parte de uma única mãe de aluno levou sete pessoas – entre funcionários, donos da escola, pais de um aluno e até um estrangeiro que nada tinha a ver com o caso – à berlinda, suspeitos de promover e fotografar orgias entre os alunos da escola. A inconclusividade dos laudos médicos e psicológicos não evitou nem que a mídia tomasse as acusações como fatos, nem que dois suspeitos fossem presos, nem que a escola fosse depredada e a casa dos pais acusados fosse saqueada. Quatro meses depois, a inocência de todos os acusados viria a ser comprovada e o caso arquivado.

Pois bem, para pensar o que está em jogo aí e o que move esta espécie de intolerância, para abordar, enfim, a demanda de culpabilização e a eleição de algozes para serem vitimados, busquei balizas inicialmente nos estudos antropológicos e sociológicos de René Girard (1990 [1972], 2004 [1982]) sobre o que batizou de “mecanismo expiatório”. Girard tem críticas virulentas à Psicanálise, algumas das quais evidenciam um entendimento incompleto e mesmo raso da obra de Freud por parte deste autor, mas suas ideias, que tangem em vários pontos a questão da percepção social dos crimes sexuais, não deixam de dialogar constantemente com as de Freud e não escondem a grande influência que sofreram destas. De fato, Kristeva (1982) inclui Girard no rol daqueles críticos cujas ideias acabam se revelando meras variantes e confirmações das teses freudianas (Ibid., p. 57 e nota 4).

O sistema de Girard tem raízes na problemática do desejo, que entende, a partir de seus estudos iniciais literários, como essencialmente mimético, imitativo: só se deseja o que um outro deseja ou possui, o que um outro aponta como desejável, às vezes meramente por possuir ou desfrutar deste algo. Disto decorre um pano-de-fundo de irreduzível rivalidade para as relações humanas que, deixada sem freios, tenderia a desenvolver-se exponencialmente e levar qualquer agrupamento ao extermínio mútuo através da violência recíproca e generalizada.

O que impediria a escalada do processo, antes mesmo da renúncia nascida da submissão a uma instância paterna – o líder –, seria a união de todos contra um, promovida pelo caráter inescapavelmente ambivalente – mimético e hostil – do desejo, entendido por Girard como essencialmente especular, e ancorado antes em

um modelo que em um objeto. Se um dos “traços que tendem a polarizar as multidões violentas contra aqueles que os possuem” (Girard, 2004 [1982], p. 28) é a acusação de terem cometido crimes sexuais – bestialidade, estupro, incesto –, que são ameaçadores por serem “contagiosos” (Ibid., p. 23), vale nos perguntarmos o quanto a mobilização acusatória de criminosos sexuais deve a dinâmicas desejanças miméticas, ou seja, o quanto ela deve à inveja.

Girard não nos ajuda muito mais, posto que, interessado mais na violência que na sexualidade, concebe o desejo como nascido da tardia relação pai-filho, totalmente desvinculado de qualquer ancoragem objetual, e ignora solenemente, chegando a negá-la sem maiores explicações, a pré-história do desejo e a visceral influência dos cuidados maternos primários em sua conformação. No entanto, sua diretriz segundo a qual “é impossível separar completamente estes três termos que são a identificação, a escolha de objeto e a rivalidade” (Id., 1990 [1972], p. 224) é preciosa quando aplicada justamente às relações objetais mais arcaicas, que precedem não só a instância paterna, como também a materna, enquanto objetos totais e integrados, e acabou me apontando à investigação da influência da inveja no estatuto do perverso na fantasia, este objeto ambíguo e ambivalente, desprezado e temido, supervalorizado e odiado.

Proponho-me aqui a investigar, com a ajuda de Freud e Klein, os elementos da fantasia que influenciam a percepção e as reações sociais e subjetivas aos crimes sexuais, e que não deixam de provocar efeitos nas teorizações das perversões, inclusive nas psicanalíticas. Assim, minha abordagem será orientada principalmente, não à psicodinâmica das perversões, mas à do olhar que visa o perverso e à dos afetos cujo despertar lhe é atribuído e determinam as características dos discursos que o delimitam.

No próximo capítulo busco localizar nosso ponto de partida no arcabouço teórico da Psicanálise, esclarecendo em quê consiste, em termos pulsionais, a demanda social de vitimação, através do estudo de algumas das idéias de Freud a respeito das coletividades e sua dinâmica.

Em seguida contextualizo a Medicina Legal do século XIX, no que tange a configuração da primeira noção propriamente científica do que se denominou ‘perversão’, e investigo em detalhes as especificidades desta entidade nosográfica

em sua origem.

No quarto capítulo parto de um evento crucial para o nascimento da Psicanálise, o abandono freudiano da teoria da sedução, para buscar suas consequências ao longo da obra do autor em relação à delimitação do lugar da causa de angústia na fantasia, *locus* que os candidatos a perversos visam ou são convocados a ocupar.

No quinto capítulo apresento as principais idéias de Melanie Klein referentes aos objetos maus e sua relação com as posições e dinâmicas psíquicas primitivas, para discutir no capítulo seguinte as formas nas quais se apresentam durante o desenvolvimento e em que influenciam a percepção social do criminoso sexual.

2

Um modelo temido e invejado

2.1

Função e gênese do algoz na psicodinâmica das massas

A obra maior de Freud sobre o funcionamento das coletividades, *Psicologia de grupo e a análise do ego* (Freud, 1996 [1921]), debruça-se sobre as condições de formação de grupos, ou melhor, de multidões (*Masse*, em alemão), e a natureza do vínculo entre seus membros, colocando como prioridade a análise dos investimentos libidinais e das configurações pulsionais que permeiam o pertencimento de um sujeito a uma coletividade. Questionando a barreira epistemológica entre Psicologia individual e social, Freud busca decompor o chamado instinto gregário em seus determinantes edípicos subjacentes.

Um dos grupos típicos que Freud examina é a Igreja Católica, onde Deus funciona como a entidade transcendente que o organiza, ou seja, o líder. A crença (ou ilusão, como prefere o autor) no amor equânime de Deus por cada um dos membros da Igreja é o que impede que impulsos cruéis e hostis surjam entre seus membros e causem sua dissolução; o ódio a quem o líder ama é inibido por causar a perda do amor do líder. Esta manobra intensifica, no entanto, a crueldade e intolerância para com aqueles que não pertencem à Igreja (Ibid., p. 110). Há um deslocamento do objeto dos impulsos hostis para indivíduos que não pertencem ao grupo, aqueles que podem ser odiados impunemente por não desfrutarem do amor do líder. Freud associa esta última figura a um “bondoso irmão mais velho” ou pai substituto (Ibid., p. 106), remetendo as relações intragrupais à relação entre irmãos no contexto edípico. No caso do exército, outro grupo típico, a ascendência hierárquica do líder e o deslocamento da hostilidade para os inimigos é ainda mais clara, mas a crença no amor equânime talvez menos explícita, apesar de aparecer sob forma de reconhecimento, através das condecorações.

A princípio, portanto, o deslocamento da hostilidade dos pares para os inimigos é empreendida em função da preservação do amor do líder, o que Freud ilustra traçando um paralelo com as primeiras manifestações do sentimento de

grupo em crianças:

Durante longo tempo nada na natureza de um instinto gregário ou sentimento de grupo pode ser observado nas crianças. Algo semelhante a ele primeiro se desenvolve, num quarto de crianças com muitas crianças, fora das relações dos filhos com os pais, e assim sucede como uma reação à inveja inicial com que a criança mais velha recebe a mais nova. O filho mais velho certamente gostaria de ciumentamente pôr de lado seu sucessor, mantê-lo afastado dos pais e despojá-lo de todos os seus privilégios; mas, à vista de essa criança mais nova (como todas as que virão depois) ser amada pelos pais tanto quanto ele próprio, e em consequência da impossibilidade de manter sua atitude hostil sem prejudicar-se a si próprio, aquele é forçado a identificar-se com as outras crianças (Ibid., pp. 129-130).

Os laços que ligam os membros de um grupo ao líder são libidinais e atravessados pela idealização, cuja intensidade pode levar tais membros à fascinação e servidão, estados, diz Freud, similares à hipnose. Em todos os casos, o líder é o objeto que é investido para ser colocado, em maior ou menor grau, no lugar de ideal do eu de cada membro, exercendo as funções desta instância desde o exterior.

No entanto, Freud atenta para a possibilidade de que uma idéia dominante – e não uma pessoa ou entidade – desempenhe o papel de líder, ou mesmo que uma simples tendência ou desejo comum aos membros do grupo, talvez alguém de uma metáfora paterna, possam exercer sua função agregadora. Pois bem:

O líder ou a idéia dominante poderiam também, por assim dizer, ser negativos; o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva (Ibid., p. 111).

De fato, o ódio comum parece ser a formação de compromisso grupal por excelência, já que a primeira vantagem psíquica do pertencimento a um grupo é a evitação da ambivalência de sentimentos, angustiante em si mesma, em relação aos outros membros do grupo, ambivalência de outro modo presente em qualquer relacionamento.

As provas da Psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência da repressão (Ibid., p. 112).

No interior de um grupo estes sedimentos são deslocados para recair sobre não-membros do grupo, o que assegura a unidade e continuidade da formação

grupal e poupa todos os integrantes dos conflitos e sofrimentos advindos de relações ambivalentes.

Quando um grupo se forma, a totalidade dessa intolerância se desvanece, temporária ou permanentemente, dentro do grupo. Enquanto uma formação de grupo persiste ou até onde ela se estende, os indivíduos do grupo comportam-se como se fossem uniformes, toleram as peculiaridades de seus outros membros, igualam-se a eles e não sentem aversão por eles (Ibid., p. 113).

É a mesma unidade, uniformidade e continuidade ilusória que é obtida pelo eu de cada pessoa, e através de mecanismos bastante semelhantes. Pode-se identificar nas antipatias e aversões que sentimos por estranhos a expressão do narcisismo, do amor a si mesmo (Ibid., p. 113). A presteza a odiar de cada um trabalha em favor da unidade egóica, poupando-nos da ambivalência em relação a nós mesmos e impedindo nossa fragmentação. O inimigo, portanto, talvez até antes do líder, é uma figura fundamental à unidade de qualquer grupo, e até à integração egóica de qualquer pessoa.

Encontramos em Freud um grupo sem líder aparente, que motiva uma outra explicação metapsicológica para a formação de multidões:

Suponha-se, por exemplo, que uma das moças de um internato receba de alguém de quem está secretamente enamorada uma carta que lhe desperta ciúmes e que a ela reaja por uma crise de histeria. Então, algumas de suas amigas que são conhecedoras do assunto pegarão a crise, por assim dizer, através de uma infecção mental (Ibid., p. 117).

Neste caso a identificação entre os membros baseia-se na “possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação” (Ibid., p. 117). O autor enfatiza que a simpatia é secundária à identificação e que o decisivo é que “as outras moças também gostariam de ter um caso amoroso secreto e, sob a influência do sentimento de culpa, aceitam também o sofrimento envolvido nele” (Ibid., p. 117), ou seja, a crise histérica. O remetente da carta, portanto, por estranho que seja, exerce ao menos uma das funções de um líder ao ser eleito objeto em comum, ou modelo de objeto em comum: não deixa de estar presente a suposição de amor equânime, ao menos como possibilidade implícita.

Portanto, este exemplo demonstra a tese freudiana a respeito do caráter original do líder como objeto de desejo em comum da multidão. As moções hostis são dirigidas ao objeto que ele, por sua vez, deseja: aquele que despertou os

ciúmes da moça.

Outro exemplo semelhante ilustra as consequências desta dinâmica grupal em relação aos sedimentos de hostilidade, quando o objeto, como tal e não apenas como um modelo de objeto, exerce sozinho e sem qualquer outro remetimento de seu próprio desejo, a função agregadora que tem, em outros grupos, a assunção de amor equânime do líder.

Basta-nos pensar no grupo de mulheres e moças, todas elas apaixonadas de forma entusiasmada sentimental, que se aglomeram em torno de um cantor ou pianista após sua apresentação. Certamente seria fácil para cada uma delas ter ciúme das outras; porém, diante de seu número e da conseqüente impossibilidade de alcançarem o objetivo de seu amor, renunciam a ele e, em vez de uma puxar os cabelos da outra, atuam como um grupo unido, prestam homenagem ao herói da ocasião com suas ações comuns e provavelmente ficariam contentes em ficar com um pedaço das esvoaçantes madeixas *dele*. Originalmente rivais, conseguiram identificar-se umas com as outras por meio de um amor semelhante pelo mesmo objeto (Ibid., p. 130).

Os impulsos aqui aparecem fusionados, dirigidos todos ao mesmo objeto. Ao amor ao herói se juntam os sedimentos de hostilidade e intolerância originalmente dirigidos aos outros membros do grupo: de madeixa em madeixa despedaça-se um objeto. O pianista acumula não só aspectos do líder (objeto erótico em comum que se supõe amar todos os membros do grupo igualmente) como também aspectos do inimigo, ao se tornar o destinatário do deslocamento das moções hostis intragrupais.

Esta, afinal, talvez seja a forma mais primitiva de laço grupal, uma onde as funções do objeto de desejo, do líder e do inimigo nem mesmo chegaram a se diferenciar entre si. O estado de coisas é tão simples quanto “muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e uma pessoa isolada, superior a todos eles” (Ibid., p. 131). O sentimento social se erige sobre a transformação do ódio e inveja intragrupais em identificação, motivada por um “vínculo afetivo comum com uma pessoa fora do grupo” (Ibid., p. 131), vínculo que se torna tão mais ambivalente – ou até simplesmente tão mais hostil – quanto mais uniforme se torna o grupo.

Muitos iguais e um diferente: o homem não é um animal gregário, mas “de preferência um animal de horda” (Ibid., p. 131), cujo centro organizador, que inicialmente não é só amado, mas carrega sozinho o peso de toda a ambivalência,

é externo ao grupo.

A ilusão do amor equânime do líder, característica de grupos mais estáveis, é uma remodelação idealística de um estado de coisas primitivo onde cada indivíduo é potencial membro de um grupo por compartilhar com os outros o sentimento de perseguição e conseqüente temor de um algoz em comum (Ibid., p. 135).

O que é assim despertado é a idéia de uma personalidade predominante e perigosa, para com quem só é possível ter uma atitude passivo-masoquista, a quem se tem de entregar a própria vontade, ao passo que estar com ele, ‘olhá-lo no rosto’, parece ser um empreendimento arriscado (Ibid., pp. 137-138).

Em 1908 Freud indicara o quanto esta ideia de uma personalidade predominante era tributária das renúncias feitas pelos neuróticos diante da ameaça de castração ou da perda de amor, que se renovavam em prol da civilização. Em *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (Id., 1996 [1908a]), segundo Strachey “a primeira das longas exposições de Freud sobre o antagonismo entre civilização e vida instintual” (Ibid., p. 167), o autor explora os danos a que estão sujeitas “a saúde e a eficiência dos indivíduos” (Ibid., p. 169) sob regimes progressivamente restritivos da vida sexual.

Alguns dos fatores que vêm a produzir uma neurose são todos aqueles “que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins” (Ibid., p. 173). A civilização depende em algum grau de tais fatores, através dos quais “cada indivíduo renuncia (...) a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade” (Ibid., p. 173).

Isto não se dá exclusivamente pela coerção, mas também são “os sentimentos familiares derivados do erotismo que leva[m] o homem a fazer essa renúncia” (Ibid., p. 173), sentimentos cujas raízes são edípicas.

Àquele que não consegue levar a cabo esta renúncia Freud discerne dois destinos: “torna-se um ‘criminoso’, um ‘outlaw’, diante da sociedade – a menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um ‘herói’” (Ibid., p. 173).

Destinos intermediários começam a se delinear em seguida, permeados por graus variados tanto de sublimação pulsional – “capacidade de trocar seu objetivo

sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro” (Ibid., p. 174) – quanto de fixação obstinada, o que “leva algumas vezes (...) até as chamadas anormalidades” (Ibid., p. 174).

A capacidade de sublimação, no entanto, parece em geral bastante limitada:

Para a grande maioria das organizações parece ser indispensável uma certa quantidade de satisfação sexual direta, e qualquer restrição dessa quantidade, que varia de indivíduo para indivíduo, acarreta fenômenos que, devido aos prejuízos funcionais e ao seu caráter subjetivo de desprazer, devem ser considerados como uma doença (Ibid., p. 174).

Esta satisfação sexual direta, por sua vez, é sempre atravessada pela sexualidade infantil, anárquica, auto-erótica e “pervertida”: “no homem o instinto sexual não serve originalmente aos propósitos da reprodução, mas à obtenção de determinados tipos de prazer” (Ibid., p. 174).

As possibilidades de compromisso entre renúncia e satisfação dependerão do grau de renúncia exigido, ou seja, do quão restrito é o ideal da moral sexual em vigor. Mesmo quando se trata de um ideal em função do qual “tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo da reprodução” (Ibid., p. 175) – que não é ainda o mais restrito – uma série de sofrimentos advém.

Entre estes, Freud situa as perversões e a homossexualidade, marcando alguma diferença entre os termos, baseado na distinção entre especificidades de alvos e objetos sexuais, respectivamente. Tais organizações são ainda marcadas por graus diversos de capacidade sublimatória, uma aptidão que o autor discerne particularmente nos homossexuais (Ibid., pp. 175-176).

As formas mais acentuadas – mais rígidas, exclusivas – de perversão e homossexualidade tornam o indivíduo “socialmente inútil e infeliz” (Ibid., p. 176), e seu destino variará conforme a intensidade de sua libido. Se esta for pouco intensa, o sujeito conseguirá suprimir suas inclinações, à custa de esgotar todas as suas forças neste empreendimento. “É como se esses indivíduos estivessem interiormente inibidos e exteriormente paralisados” (Ibid., p. 176).

Se a libido é intensa, dois desdobramentos são possíveis: ou o indivíduo cede ao pólo pulsional e “sofre as conseqüências” (Ibid., p. 176) sociais – caso no qual Freud não se detém por considerá-lo muito menos interessante – ou o indivíduo procederá a uma supressão “falsa, ou melhor, frustrada” (Ibid., p. 176).

Não obstante o esforço, as moções pulsionais se expressarão de outras formas “igualmente nocivas para o sujeito, e que o tornam tão inútil para a sociedade quanto o teria inutilizado a satisfação de seus instintos suprimidos” (Ibid., p. 176).

São os que sucumbem à neurose:

nas neuroses os impulsos pervertidos, após terem sido reprimidos, manifestam-se a partir da parte inconsciente da mente – porque as neuroses contém as mesmas tendências, ainda que em estado de ‘repressão’, das perversões positivas (Ibid., p. 177).

A situação se agrava quando o ideal se restringe ainda mais e a moral “proíbe toda atividade sexual fora do matrimônio legítimo” (Ibid., p. 178), estágio em que Freud situa a moral sexual de sua época. Neste caso a abstinência exigida até o casamento provoca não só o aumento do número de neuróticos, como também, de forma geral, “homens fracos mas bem comportados, que mais tarde se perdem na multidão que tende a seguir, de má-vontade, os caminhos apontados por indivíduos fortes” (Ibid., p. 181). Eis a submissão das massas, que nada tem de natural, mas depende das sanções normatizadoras da sexualidade, originalmente perversa e polimorfa.

As neuroses, enfim, através dos sintomas, não deixam de representar uma derrota da cultura, já que “sempre conseguem frustrar os objetivos da civilização, efetuando assim a obra das forças mentais suprimidas que são hostis à civilização” (Ibid., p. 185), dentre elas o ódio.

Neste artigo a polaridade fundamental pulsão-cultura, em que se baseara, em parte, a polaridade perversão-neurose, esboça desdobrar-se em toda uma série simbólica que inclui os binômios saúde-doença e mau-bom: “aqueles que desejam ser mais nobres do que suas constituições lhes permitem, são vitimados pela neurose. Esses indivíduos teriam sido mais saudáveis se lhes fosse possível ser menos bons” (Ibid., p. 177).

Logo adiante, são acrescentadas à série as polaridades ativo-passivo e homem-mulher:

É comum a irmã de um pervertido sexual (...) apresentar uma neurose cujos sintomas expressam as mesmas inclinações das perversões do seu irmão, mais ativo sexualmente. Correlatamente, em muitas famílias os homens são saudáveis, embora do ponto de vista social sejam altamente imorais, enquanto as mulheres, cultas e de elevados princípios, sucumbem a graves neuroses (Ibid., p. 177).

Estas conjecturas parecem refletir o teor que a distinção entre os sexos adquire durante o desenvolvimento, o que será tematizado em artigos posteriores através da investigação da organização genital infantil, a fase fálica. Mais importante para nossos propósitos, elas delineiam o eixo em que o perverso se situa na fantasia, eixo que perpassa as representações da pulsionalidade, da saúde, da maldade, da atividade e da masculinidade. A “personalidade predominante” em função e em torno da qual um grupo primordialmente se organiza é o avatar deste eixo fantasístico. Trata-se, filogeneticamente, da figura darwiniana do pai primevo, que Freud examinou em *Totem e Tabu* (Id., 1999 [1912-13]).

2.2

Tabu, transgressão e inveja

No primeiro ensaio de *Totem e tabu* Freud investiga os tabus de sociedades primitivas: essencialmente ambíguo, o tabu é uma inibição de conduta que recai sobre pessoas e situações que são ao mesmo tempo admiráveis e ameaçadoras. No povo aborígine australiano o incesto é “vingado da maneira mais enérgica por todo o clã, como se fosse uma questão de impedir um perigo que ameaça toda a comunidade” (Freud, 1999 [1912-13], p. 15). Esta reação retrata um “horror excepcionalmente intenso ao incesto” (Ibid., p. 16); o clã inteiro, percebe Freud, é sensível ao assunto “num grau fora do comum” (Ibid., p. 16).

O perigo que o tabu evita é o da imitação: “qualquer um que tenha violado um tabu torna-se tabu porque possui a perigosa qualidade de tentar os outros a seguir-lhe o exemplo: (...) ele é verdadeiramente contagioso naquilo em que todo exemplo incentiva a imitação” (Ibid., p. 42). Mas, prossegue Freud, mesmo aqueles que não transgrediram tabu algum podem tornar-se tabu, e neste caso o determinante é que estejam em uma situação capaz de provocar o perigoso desejo de outrem: estamos no domínio da inveja.

O tabu de um rei é forte demais para um dos seus súditos porque a diferença social entre eles é muito grande. Mas (...) um súdito, que teme a grande tentação que lhe é apresentada pelo contato com o rei, pode talvez suportar tratar com um alto funcionário do qual não precisa ter tanta inveja (Ibid., p. 42).

A tentação é a de matar o rei e tomar seu lugar. Entre os nubas da África Oriental o ato de tocar o rei é tabu, “provavelmente porque pode insinuar impulsos agressivos” (Ibid., p. 57), enquanto ser tocado pelo rei por iniciativa dele é uma situação que não só não é tabu como também traz efeitos curativos e protetores (Ibid., pp. 50-51). O contato é proibido, portanto, por ser ativo, aludindo a um “sentido mais geral de atacar, de obter o controle, de afirmar-se” (Ibid., p. 80).

Um dos principais tabus, portanto, é o que envolve o assassinato. O fato de ser frequentemente cercado de precauções e observâncias cerimoniais indica o quão tentador é. Mesmo em se tratando da morte de um inimigo da tribo, é comum que o assassino torne-se tabu e precise se engajar em “atos de expiação e purificação” (Ibid., p. 46). A violência parece ter um caráter contagioso e provocar uma imitação que precisa ser canalizada e organizada pelo rito.

O que está em questão é o medo do exemplo infeccioso, da tentação a imitar, ou seja, do caráter contagioso do tabu. Se uma só pessoa consegue gratificar o desejo reprimido, o mesmo desejo está fadado a ser despertado em todos os outros membros da comunidade. A fim de soffrear a tentação o transgressor invejado tem que ser despojado dos frutos de seu empreendimento e o castigo, não raramente, proporcionará àqueles que o executam uma oportunidade de cometer o mesmo ultraje, sob a aparência de um ato de expiação. Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vinga (Ibid., p. 79).

Estas figuras admiradas, que despertam inveja e impulsos hostis, como os assassinos, inimigos e transgressores, são os alvos principais – senão exclusivos – da violência ritualizada. O que está em jogo em todos os casos é um tipo ambivalente de idealização que Freud remete ao delírio persecutório, apesar de também chamá-lo de “procedimento que é comum nas neuroses em geral” (Ibid., p. 58).

A importância de uma pessoa determinada é imensamente exagerada e seu poder absoluto é aumentado até o grau mais improvável, a fim de poder ser mais fácil torná-la responsável por tudo de desagradável que o paciente possa experimentar (Ibid., pp. 58-59).

Este seria o ganho secundário da idealização ambivalente, o movimento de trocar a angústia, a “pressão provinda de dentro (...) pela opressão vinda de fora”

(Ibid., p. 71), um mecanismo primitivo que é a base tanto do animismo, que consiste em povoar o mundo de “espíritos e demônios” e considerá-los “as causas dos fenômenos naturais” (Ibid., p. 82), quanto da paranóia.

2.3

A vitimação do algoz e a refeição totêmica

No último ensaio de *Totem e tabu* Freud apresenta sua hipótese de que a matriz da organização da cultura é o assassinato coletivo de um algoz ambivalentemente idealizado, que assemelha ao macho dominante da horda primeva darwiniana. A idéia de Darwin a respeito da organização dos grupos mais primitivos de homínídeos é que o macho mais forte do agrupamento seria o rival de cada um dos outros membros, instaurando, por causa de seu ciúme em relação a todas as fêmeas, uma espécie de tirania primeva (Freud, 1999 [1912-13], pp. 130-134).

O tema deste ensaio é o totemismo, tomado como o mais primitivo sistema social e religioso humano, sendo determinante até mesmo no estabelecimento da exogamia e da interdição do incesto (Ibid., p. 126). O totemismo promove uma organização em clãs, cujos membros são como irmãos e irmãs, num laço herdado “através da linhagem feminina, sendo possível que a descendência paterna fosse deixada, originalmente, inteiramente fora de consideração” (Ibid., p. 111). A relação com o totem promove a interdição do incesto, então, por representar uma relação ambivalente com um rival mais forte.

O elemento crucial que levará Freud à hipótese do assassinato coletivo como origem do totemismo é a refeição totêmica, prática que estaria na base dos posteriores ritos sacrificiais, segundo Robertson Smith (Ibid., p. 137). Aqui estamos aquém tanto da oferenda a um deus quanto da renúncia coletiva em nome de um poder transcendente, sentidos que são subsidiários e posteriores (Ibid., pp. 137-138). O sacrifício em sua forma mais antiga, que precede até “o uso do fogo ou o conhecimento da agricultura” (Ibid., p. 138), configura-se como o desfrute comum, compartilhado e de participação unânime, de um alimento:

era uma cerimônia pública, um festival celebrado por todo o clã. (...) A força ética

da refeição sacrificatória pública repousava em idéias muito antigas da significação de comer e beber juntos. Comer e beber com um homem constituía um símbolo e uma confirmação de companheirismo e obrigações sociais mútuas (Ibid., pp. 138-139).

O alimento compartilhado possibilita uma identificação livre de ambivalência entre os membros do grupo enquanto serve como objeto comum das moções hostis implicadas no ato de devorar. É o que um costume entre os beduínos sugere:

Costumes ainda em vigor entre os árabes do deserto demonstram que o vínculo numa refeição comum não é um fator religioso, mas o próprio ato de comer. Qualquer pessoa que tenha comido o menor pedaço de alimento com um desses beduínos, ou tomado um gole de leite não mais precisa temê-lo como inimigo, mas pode sentir-se seguro de sua proteção e auxílio, porém, não por um tempo ilimitado: estritamente falando, apenas enquanto a comida que ingeriram em comum permaneça no corpo. Essa era a visão realista do laço de união. Precisava de repetição para ser confirmado e se tornar permanente (Ibid., p. 139).

Tal método de identificação, ao lado da ascendência materna, forma a base do laço mais “absoluto e inviolável” (Ibid., p. 139) em ação nas sociedades tribais: é como se estabelece o parentesco dentro do clã totêmico.

Assim, o parentesco implica a participação numa substância comum. Desse modo, é natural que não se baseie simplesmente no fato de um homem ser uma parte da substância de sua mãe, tendo nascido dela e sido nutrido com seu leite, mas que possa ser adquirido e fortalecido pela comida que um homem ingere mais tarde e com a qual seu corpo se renova (Ibid., p. 139).

As origens do alimento em torno do qual se organiza o grupo são examinadas em seguida. Como mencionado, a refeição totêmica precede a agricultura, sendo os mais antigos sacrifícios aqueles de animais (Ibid., p. 138), que, não obstante, eram tratados “como um membro da tribo” (Ibid., p. 140). Disto e da exigência de participação unânime tanto na refeição totêmica quanto na execução de membros da tribo que transgrediram tabus, Freud deriva a hipótese de que o alimento promotor de união era originariamente um membro da tribo: a união teria sido alcançada através do linchamento e morte de um indivíduo, em seguida devorado.

Este indivíduo precisaria ser, ao mesmo tempo, “temido e invejado” (Ibid., p. 146) por cada um e todos: um modelo de potência com quem a identificação fosse levada a cabo, dada a inconsistência da noção simbólica de paternidade, pelo

consumo compartilhado de sua carne, através do qual se passava a participar de sua substância e se acreditava adquirir “uma parte de sua força” (Ibid., p. 146). Mas a decepção que se segue ao ato homicida indica o quanto a idealização transfigurara esta vítima primeva – “o ato não pode ter dado uma satisfação completa àqueles que o cometeram. De certo ponto de vista, fora executado em vão” (Ibid., p. 147, nota 1). A potência idealizada do modelo naturalmente falha em ser adquirida por cada um dos homicidas individualmente. Sua morte revela a todos, ao mesmo tempo, o caráter irremediavelmente coletivo da força que buscavam absorver e a impossibilidade da satisfação plena e permanente que haviam percebido em sua vítima. Esta decepção, no entanto, é um custo pequeno a ser pago diante do ganho civilizatório que o purgo do algoz idealizado traz, o que é atestado pela repetição incessante do assassinato coletivo, solidificado eventualmente como rito sacrificial.

Estas são as origens pulsionais do Direito. Em uma carta de 1932 a Albert Einstein, publicada no ano seguinte sob o título *Por que a guerra?* (Freud, 1996 [1933 [1932]]), Freud propõe que direito e violência não formam uma antítese, tendo o primeiro se desenvolvido da última:

A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade (Ibid., p. 199).

É inevitável, na aplicação da lei e na punição dos transgressores, o recurso à fusão e exteriorização da pulsão de morte, que o Direito busca, no entanto, domesticar e canalizar. Originalmente força bruta, a lei é indissociável do uso da violência (Ibid., p. 202). Como no apelo à guerra – que, diversamente, antes os fomenta que os aplaca –, a justiça precisa se haver com uma matéria-prima de desejos de agressão e impulsos destrutivos, que apenas de forma secundária se misturam “com outros motivos de natureza erótica e idealista” (Ibid., p. 204).

Talvez o cerne da refeição totêmica sobreviva nos atos, legais ou não, de violência coletiva mais contemporâneos. Se a vitimação do algoz simboliza a castração do pai primevo, pelo próprio ato vitimador a coletividade reclama

novamente para si a violência que atribuíra ao criminoso. A prisão e o exílio, bem como a pena de morte e os linchamentos, apresentam-se então como tentativas reiteradas de abjurar a castração através do ataque a quem quer que se apresente como candidato a exceção, a não-castrado; são tentativas de exorcizar – fantasmática e temporariamente, é certo – a impotência essencial de cada um, a distância intransponível entre o sujeito e a plenitude.

O campo dos crimes sexuais, como interseção entre violência e sexualidade, é particularmente propício a despertar a mobilização popular ambivalente, e a demanda de vitimação do algoz, ou seja, de castração de um representante do temido e invejado pai primevo. Pois bem, é nesta interseção que se situa a perversão como entidade nosográfica, desde sua origem científica, que passamos a examinar.

3

A abordagem médico-legal da perversão

A cientificação da noção de perversão constituiu uma transposição de um discurso teológico, cujo objeto era o vício, para um discurso médico sobre as doenças. Foucault (2001 [1974-75]) discutiu longamente a constituição de um personagem, que chama de *o anormal*, em sua relação, por um lado, com o campo dos desvios sexuais e, por outro, da maldade, amálgama que parece permear o senso comum até hoje, e estabelecer grandes confusões na teorização do que se define como perversão. É no século XIX que tanto este autor quanto Lanteri-Laura (1994 [1979]) localizam a origem do amálgama, sugerindo ser este o produto de uma aproximação entre Medicina e poder judiciário.

Desde os anos 1815-1820, vemos júris criminais declararem que alguém é culpado e, depois, ao mesmo tempo, pedirem que, apesar da culpa afirmada pela sentença, seja mandado para um hospital psiquiátrico por ser doente. Portanto os júris começam a estabelecer o parentesco, a pertinência, entre loucura e crime (...). Trama-se, pois, pouco a pouco, essa espécie de *continuum* médico-judiciário (...). Essa prática, essa técnica da dupla qualificação organiza o que podemos chamar de domínio da ‘perversidade’, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX (Foucault, op. cit., pp. 40-41).

Foi durante a organização deste domínio da ‘perversidade’ que foram cunhados muitos dos termos dos quais Freud se apropriou e que até hoje usamos: sadismo, masoquismo, fetichismo, narcisismo, entre outros.

Lanteri-Laura também assinala que é no século XIX que “o estudo supostamente científico dos comportamentos comumente tidos por perversos” (Lanteri-Laura, op. cit., p. 10) vai se transformar, “em razão do desenvolvimento das perícias judiciárias (...) num bem legítimo e incontestado da Medicina” (Ibid., p. 10), indicando ainda os elementos históricos facilitadores – ou mesmo determinantes – desta apropriação:

Em 1830 (...) a burguesia liberal havia tomado o poder e, pouco a pouco, teve cada vez menos necessidade da ideologia libertária que antes lhe fora tão útil. A religião, em que ela não acreditava desde longa data, não podia servir-lhe para nada; e a herança do Século das Luzes não a garantia nem contra os perigos, nem contra o fascínio das singularidades mais extremas da vida sexual. Ela precisava de razões para se precaver contra elas, de razões em que pudesse confiar: o discurso médico chegou em boa hora (Ibid., p. 28).

Portanto, o conceito científico de perversão nasce de um conjunto institucional que responde ao perigo. Perverso é o indivíduo “perigoso, isto é, nem exatamente doente nem propriamente criminoso” (Foucault, 2001 [1974-75], p. 43). O pólo judiciário deste conjunto, o das instituições punitivas, faz com que o discurso médico-legal se organize, em parte, em torno do problema do perigo social, sendo, assim, “discurso do medo, um discurso que terá por função detectar o perigo e opor-se a ele” (Ibid., p. 44).

As histórias de caso descritas por Krafft-Ebing (2000 [1886]) – psiquiatra alemão oitocentista – demonstram indícios da conjunção histórica entre Medicina e Poder Judiciário, e sua influência nas características do discurso sobre o perverso. A obra maior de Krafft-Ebing é considerada a mais conhecida síntese das idéias de seu tempo sobre o tema: “a *Psychopathia sexualis* (...) tornou-se clássica e (...) constituiu, ao mesmo tempo, um tesouro e um catecismo” (Lanteri-Laura, 1994 [1979], pp. 102-103). Os casos clínicos que relatou, particularmente, tornaram-se verdadeiros paradigmas de perversões, às vezes até de forma bastante acrítica:

Krafft-Ebing tornou-se, assim, o ponto zero da interpretação: foi como se se admitisse que o estabelecimento dos dados clínicos havia-se consumado sem nenhum pressuposto, e no despojamento do respeito aos ‘fatos em si’, e que seu conteúdo, sem nenhuma renovação, podia servir indefinidamente (Ibid., p. 103).

O termo ‘perversão’ em seu discurso aparece para caracterizar o que constitui um conjunto de excitabilidades qualitativamente inadequadas. Fora do eixo quantitativo, onde se delimitam as *anestésias* e as *hiperestésias*, as maneiras perversas de manifestar a sexualidade serão agregadas sob o termo *parestésias* e sua inadequação será justificada em função da preservação da espécie. Assim, Ebing “situa antecipadamente o problema em referência à procriação, tomada como norma” (Ibid., p. 26).

Na descrição e batismo dos casos clínicos, no entanto, percebe-se que a referência à genitalidade não dá conta sozinha de explicar a lógica de delimitação do campo em estudo. Significativamente, por exemplo, o único caso, entre os 238 descritos, que merece o exato diagnóstico de ‘perversão’ não se apresenta em contradição nem à procriação nem à genitalidade:

Um de meus pacientes (...) casado com uma mulher extremamente bela (...) ficava impotente quando via sua pele alva (...). Mas, no isolamento de um passeio com ela pelo campo, acontecia de ele subitamente forçá-la ao coito no meio da campina ou atrás de um arbusto. Quanto mais ela se recusasse mais excitado ele ficava, com plena potência (...). Mas em casa, na sua própria cama, era totalmente destituído de desejo (Krafft-Ebing, 2000 [1886], p. 21).

Por que este paciente, entre tantos, mereceu o mero e suficiente diagnóstico de ‘perversão’? O que nele se apresenta como a essência do campo da perversão, já que não é um desvio nem quanto à genitalidade nem quanto à procriação? Não nos ajuda, tampouco, o recurso à dimensão quantitativa: a impotência neste caso não é uma simples anestesia, já que depende de circunstâncias bastante específicas. Como havia reservado a qualidade de ‘perversas’ às excitabilidades suscitadas por estímulos inadequados, Krafft-Ebing se depararia aqui com a impossível tarefa de argumentar cientificamente pela adequação do estímulo ‘cama’ e a inadequação do estímulo ‘passeio pelo campo’.

É claro que o problema é outro: o que se insinua, através do *forçar ao coito* e do fato de a resistência da vítima acentuar a excitação, é a dimensão bizarra quanto à sexualidade ideal que dá consistência conceitual ao diagnóstico de perversão. Mais que isso, como a especificidade do caso é o uso da força e o prazer em subjugar, o diagnóstico sugere que a crueldade era tomada como sintoma decisivo, o que alça o sadismo ao posto de perversão paradigmática. É um indício de que a distinção entre perversão e perversidade não era clara.

A incoerência da Medicina Legal oitocentista residiu em sua relação ambígua com o discurso religioso que a precedeu. Como lembra Davidson (2004, p. 23), aluno de Foucault, todos os psiquiatras da época, inclusive Krafft-Ebing, reconheciam a distinção entre perversão e perversidade, associando a primeira a uma doença e a segunda a uma questão moral que escapava ao âmbito da Medicina. No entanto reconheciam também que era freqüentemente difícil distinguir as duas coisas. Difícil o suficiente, afinal, para que a teorização das perversões se baseasse num pressuposto moral, teológico e teleológico: a procriação como fim normal e natural da sexualidade.

A influência da moralidade aparece de forma explícita na maioria das descrições de Krafft-Ebing: ele escreve que o protagonista do caso 15, por exemplo, em determinado momento “apresentou inclinação para o mal” (Krafft-

Ebing, 2000 [1886], p. 22), e que o do caso 18 “desde a mais tenra infância, tinha uma natureza ruim” (Ibid., p. 24). Esta influência não pôde ser tematizada explicitamente pelo autor – se o fosse entraria em contradição com seu viés positivista, científico – mas conduzia, não obstante, sua nosografia.

O saber supõe que se abstraia a moral: fora de qualquer referência a normas de ética social, como poderia a ciência continuar a ser ciência, sem jogar perpetuamente um jogo duplo, instaurando fraudulentamente um moralismo com pretensões de objetividade? (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 18).

Este estranho estado de coisas devia sua sustentação, de fato, aos propósitos práticos a que servia. Segundo Foucault, é por ser discurso do medo que a psicopatologia sexual oitocentista acaba aparecendo nos exames médico-legais como um discurso infantil, uma “linguagem balbuciante” que desqualifica o médico como cientista e “o ridiculariza precisamente quando ele fala num tribunal a propósito de alguém que está no banco dos réus e que, por conseguinte, está despojado de todo e qualquer poder” (Foucault, 2001 [1974-75], p. 45). O médico, em suma, “fala a linguagem da criança, fala a linguagem do medo, logo ele, que é o cientista, que está ao abrigo, protegido, sacralizado até, por toda a instituição judiciária e sua espada” (Ibid., p. 45).

Há em Krafft-Ebing uma série de casos agrupados sob o curioso diagnóstico de *assassinato por luxúria* nos quais a psicopatologia sexual oitocentista revela sua estreita vinculação com o campo jurídico. Estes casos, 13 no total, compartilham certas características. Uma delas, decorrente da influência da moralidade, é a ênfase na crueldade em detrimento do que é considerado sexual no resto dos casos. Em alguns chega a ser difícil perceber o que há de luxúria nos assassinatos descritos. No caso 17, aliás, o de Jack, o Estripador, Krafft-Ebing admite que

nada indica que ele mantivesse relações sexuais com suas vítimas, mas é muito provável que o ato homicida e a subsequente mutilação dos cadáveres fossem *equivalentes* do ato sexual (Krafft-Ebing, op. cit., p. 23, grifo meu).

É interessante perceber que uma ampliação da noção de sexualidade, tão combatida quando proposta um pouco mais tarde por Freud de forma muito mais detalhada, extensa e consistente, já está antecipada aqui sem maiores explicações, e não se constitui como um problema. A diferença é, há que se perceber, tão sutil

quanto decisiva. A intuição de Krafft-Ebing incluía o assassino entre os desviantes sexuais para tornar a infração uma categoria diagnóstica, ao custo de uma vinculação confusa com a sexualidade não-genital. A impressão é que o sexual como entendido então, na maioria dos casos, é mero coadjuvante, e o mais importante acaba sendo a delimitação de um campo de anormalidade moral. Um campo médico, sexual, mas difuso o suficiente para que a Medicina pudesse tomar como objeto terapêutico, entre outros, qualquer tipo de infração legal, mas restrito o suficiente para que se diferenciasse decisivamente de seu oposto, o campo da normalidade, assim o preservando.

A ênfase na crueldade em detrimento do sexual aponta então para a heterogeneidade empírica em que se baseou o termo ‘perversão’, e para como seu valor se apoiou na possibilidade de delimitar um campo de exclusão social, de anomalia. É isto, e não a sexualidade, o que perpassa implicitamente todos os casos de Krafft-Ebing, do “delírio erótico”, ao “aviltamento de mulheres”, da “homossexualidade” ao “canibalismo”, passando por coisas como “metamorfose psicosexual”, “bolinagem” e “insanidade periódica”. A perversão vai de Jack o Estripador a “impulsos perversos” tais como “rir de coisas sérias, jogar dinheiro na água e correr sob uma chuva torrencial” (caso 32, *Ibid.*, p. 39).

Outra característica é que cinco dos ‘assassinatos por luxúria’ começam pela descrição das vítimas, ao contrário da totalidade dos casos com outro diagnóstico, que se iniciam pela caracterização do “protagonista”. O caso 18 é exemplar:

Em 31 de agosto de 1895, o pastor Portalier, 17 anos, foi encontrado nu no campo. O ventre estava estripado e o corpo apresentava ainda outros ferimentos. A autópsia mostrou que a vítima fora primeiro estrangulada. Em 4 de agosto de 1897, um vagabundo chamado Vacher, foi detido como suspeito (*Ibid.*, p. 23).

O texto é bastante incomum para um estudo de caso: é indiscernível, na verdade, de um relatório policial. E policial é um termo-chave: começa a ficar claro que a definição de patologia se adapta a finalidades jurídicas. Basta perceber o quanto o autor está preocupado com a imputabilidade dos casos analisados: “Vacher tinha plena consciência quando cometeu essas atrocidades” (caso 18, *Ibid.*, p. 23); “planejou seus atos horríveis com tanto cuidado que ficou dez anos sem ser descoberto” (caso 22, *Ibid.*, p. 30); “na época do crime estava de fato consciente, mas não pensou no que estava fazendo” (caso 215, *Ibid.*, p. 278). É

um discurso clínico que valoriza a lucidez e a presença, ou a ausência de um sentimento de culpa, por estarem estes fatores se tornando, àquela altura, decisivos em um tribunal.

O artigo 64 do Código Penal francês de 1810, por exemplo, dizia “que não há nem crime nem delito, se o indivíduo estiver em estado de demência no momento do ato” (Foucault, 2001 [1974-75], p. 23). Neste contexto, “quem diz lucidez diz consciência, diz não-demência, diz imputabilidade, diz aplicabilidade da lei” (Ibid., p. 158). Por outro lado, o artigo também estabelecia que não há crime quando o réu “foi coagido por uma força à qual não pôde resistir” (Ibid., p. 36, nota 29). Esta força pôde progressivamente ser referida a algo interno à medida que se desenvolvia o conceito de instinto como impulso irresistível (Ibid., p. 349). Daí a presença de um sentimento de culpa tornar-se um argumento valioso para a defesa indicar que algo no réu fizera resistência ao impulso criminoso e falhara: era preciso apresentar o réu “como uma consciência moral inteiramente diferente do ato que ela cometeu” (Ibid., p. 159).

Tornara-se importante para o médico assinalar, por exemplo, que o protagonista do caso 21 “nunca tivera dor de consciência (...). Não havia vestígio de senso moral, remorso ou algo do gênero” (Krafft-Ebing, op. cit., p. 29). Um esboço de diagnóstico diferencial que incide precisamente sobre a questão da culpa, ainda, é encontrado no caso 223. O sujeito em questão “apunhalou e matou a esposa enquanto esta dormia e estrangulou as duas filhas, uma de 7 anos e outra de 6 semanas” (Ibid., p. 285). Ele escapa, no entanto, à condenação moral e o que parece mais decisivo para isto é a presença de culpa: “sua dor e contrição a respeito do delito deram provas suficientes da ausência de qualquer defeito moral. Sua condição moral foi declarada sadia” (Ibid., p. 286).

Os laços do sistema de Ebing com as questões jurídicas apontam para o quanto a Medicina teve que se distanciar da vocação clínica de seus critérios de avaliação para agregar sujeitos infratores a seus objetos de intervenção. É como se a anamnese destes sujeitos começasse pela turbulência que causaram no tecido social. Suas histórias de vida serão retrospectivamente descritas tendo a turbulência como norte. Eles não falam, nem mesmo através de seus atos, já que quem os interpreta parte de uma identificação com a vítima e chega, no final da

descrição, a uma identificação com o juiz. Esta nova função do médico, a de juiz, aparece também com bastante evidência no discurso de Krafft-Ebing: chega a chamar de “monstro” um de seus casos (caso 216, *Ibid.*, p. 279); escreve, a respeito de outro, que “infelizmente, permitiram que ele saísse impune” (caso 18, *Ibid.*, p. 25). Comemora, também, o desfecho do caso 216 da seguinte forma:

O parecer do médico do instituto confirmou a idiotia de K., tornando-o irresponsável pelo delito. (...) A partir desse relatório, K. foi internado pelo resto da vida num manicômio. Pelos incansáveis esforços de um bravo advogado, a corte foi poupada de cometer um assassinato judiciário, e a honra da sociedade foi preservada (*Ibid.*, pp. 279-280).

Um final, perceba-se, que só é feliz de um ponto de vista jurídico. A clínica tornava-se um mero detalhe, se o relato de um caso terminava resolvendo-se em uma internação vitalícia. Mais importante do que tratar, ou mesmo entender, era construir os critérios de separação entre o joio e o trigo que permitiriam assegurar um lugar permanente para a Medicina no poder judiciário; estabelecia-se, em torno da noção de perversão, um discurso científico que respondia à demanda social de culpabilização.

Daí resultou, no final das contas, a separação entre os bons e os maus perversos, e a psiquiatria leiga se afigura, sem grande respeito humano, uma espécie de juízo final médico, onde à esquerda eram dispostos os bodes expiatórios e, à direita, as ovelhas (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 45).

A terceira característica dos ‘assassinatos por luxúria’ desvenda como este saber mantém seu estatuto médico-científico, resguardando-se de uma total assimilação às contingências e pontualidades das questões judiciais. Como, em um tratado de psicopatologia, entre casos de sadismo, masoquismo e outros “ismos” – termos que indicam estruturas, ou estados razoavelmente constantes –, figuram em pé de igualdade estes sujeitos capturados por seus atos? Vê-se o assassinato servindo como ponto de suporte principal do diagnóstico, um ato estendido, não obstante seu caráter pontual, ao sujeito como um todo, para que este pudesse continuar sendo um objeto para a psiquiatria. Definido por suas vítimas e seus atos “vis” e “horríveis” (termos recorrentes nas descrições de Krafft-Ebing), torna-se uma figura improvável, que exige a transformação de atos criminosos em estruturas de caráter. Esta vinculação, algo precária, era cimentada

pela referência a estigmas, características físicas que remetiam a uma dimensão monstruosa.

O que se busca, para demonstrar que se trata de alguém psiquiatrizável (...) não é um processo, mas estigmas permanentes que marcam estruturalmente o indivíduo. (...) O ato e os estigmas se referem – uns e outros, e de certo modo no mesmo plano, mesmo se sua natureza é diferente – a um estado permanente, a um estado constitutivo, a um estado congênito. As dismorfias do corpo são, de certo modo, as conseqüências físicas e estruturais desse estado, e as aberrações de conduta (...) são suas conseqüências instintivas e dinâmicas (Foucault, 2001 [1974-75], pp. 379-380).

Os dismorfismos estão, de fato, presentes na *Psychopathia sexualis*. Do protagonista do caso 236, por exemplo, diagnosticado como ‘mania homicida’, “o rosto era (...) assimétrico; o lado direito da face mais desenvolvido que o esquerdo; o nariz ‘notavelmente irregular’(...)” (Krafft-Ebing, 2000 [1886], p. 299). Nos casos 216 e 217 (que são ‘assassinatos por luxúria’) também aparecem assimetria e desproporção: o primeiro tinha uma “cabeça anormal, arredondada” (Ibid., p. 280) e o segundo

Era um homem alto (mais de 1,80 m), ligeiramente encurvado para a frente. Testa baixa, ossos malares muito proeminentes, osso maxilar maciço; olhos pequenos, estreitos e inflamados, olhar penetrante; pés grandes, mãos como garras de pássaro, andar bamboleante (Ibid., p. 280).

O tom do discurso sobre o perverso, que engendra no saber um domínio da anomalia, parece ser determinado pelos elementos de discursos precedentes que o constituíram, um dos quais é a figura do monstro humano. A noção de monstro “tem uma longuíssima ascendência às suas costas” (Foucault, op. cit., p. 72), tendo sido na Idade Média uma noção teológica: ser anti-cosmológico que encarna a transgressão dos limites naturais instaurados pela vontade divina, mistura de reinos, espécies, sexos e/ou formas, o monstro no Século XVI era extremamente raro e interpretado como sinal da ira de deus contra o pecado, particularmente vícios sexuais como a bestialidade e a sodomia (Davidson, 2004, pp. 97-100). Sua punição era conseqüente: até 1599, hermafroditas, por exemplo, eram queimados vivos como punição por terem tido relações sexuais com demônios (Foucault, 2001 [1974-75], p. 84).

Transposto ao discurso jurídico moderno, pós-monárquico e secular, o monstro manteve suas raízes teológicas, passando a apresentar um caráter duplo dentro de seu contexto de referência, a lei:

o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma (Ibid., p. 69).

Ponto de encontro entre o domínio físico e o domínio da conduta, o paradoxo do monstro é que ele “combina o impossível com o proibido” (Ibid., p. 70). Enquanto infração levada a seu ponto máximo, ou forma espontânea e brutal de uma contra-natureza, ele se coloca paradoxalmente fora da lei, marcando o limite da possibilidade de resposta legal:

Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz (...). No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples (Ibid., p. 70).

Num Estado secular, portanto, o monstro constitui um enigma para o Direito. É uma irregularidade natural que, quando aparece, impede o Direito de funcionar, mas também uma infração à norma da natureza, que provoca horror e inquietação, motivando uma demanda de culpabilização à qual o Direito secular só pôde responder com a ajuda do discurso psiquiátrico.

É o monstro o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias, um princípio teológico-jurídico de inteligibilidade de todas as formas da anomalia, princípio que se torna tautológico – explica-se a si próprio – num discurso puramente científico. Não obstante, a figura do perverso reduz, absorve e confisca esses equívocos e inverossimilhanças que constituem as características próprias do monstro: o anormal “é no fundo um monstro cotidiano, um monstro banalizado. O anormal vai continuar sendo, por muito tempo ainda, algo como um monstro pálido” (Ibid., p. 71).

Em resumo, o campo psiquiátrico da perversão que inicialmente inspirou Freud era bastante comprometido com demandas jurídicas e produziu uma entidade nosográfica estrutural baseada na convergência entre crueldade e desvio

da genitalidade. As parestesias convivem de forma confusa com a monstrosidade, e o resultado desse estudo acaba sendo não simplesmente uma psicopatologia sexual, mas a construção de

um certo personagem que foi oferecido, de certo modo, ao aparelho judiciário, um homem incapaz de se integrar ao mundo, que gosta da desordem, que comete atos extravagantes ou extraordinários, que odeia a moral, que renega as leis desta e pode chegar ao crime (Ibid., p. 22).

Essa figura, enfim, *grosso modo*, é o perverso em sua origem. Buscaremos, nos próximos capítulos, os determinantes psíquicos, coletivos e individuais, que perpassam tanto sua constituição e manutenção quanto a demanda de sua vitimação. Mas, antes, cabe nos perguntarmos o quanto nos comprometemos com estas origens históricas ao re-instaurarmos a perversão como uma categoria diagnóstica em Psicanálise.

A incompatibilidade entre esta concepção de perversão e a Psicanálise foi observada por Robert Barande (1980) em seu artigo *Poderemos nós não sermos ‘perversos’? Psicanalistas, ainda mais um esforço!*. Barande coloca a hipótese de que “não existe nenhum lugar de discurso donde o psicanalista possa falar sobre a ‘perversão’ sem que se negue enquanto psicanalista” (Ibid., p. 160). Segundo o autor, teorizar, descrever a perversão é algo que pertence à clínica psiquiátrica, à Medicina legal ou simplesmente a um discurso moralizador (Ibid., p. 170).

Parece ser a história de uso do vocábulo, a influência das práticas que o fundamentaram, o que se insinua sempre que se tenta delimitar e sistematizar a perversão como entidade nosográfica. É o que Barande sugere: o psicanalista, quando tenta fazê-lo, não pode evitar se distanciar de seu lugar privilegiado, “sua implicação no processo psicanalítico no qual participa totalmente empenhado na imediatez dos seus afetos” (Ibid., p. 170). Este distanciamento, essa assunção do “discurso (...) do terceiro observador” (Ibid., p. 170) – própria, talvez, a qualquer teorização – tem uma especificidade contratransferencial quando se trata de perversão: a quarta entidade à qual endereçamos tal diagnóstico tende a adquirir o estatuto de “testemunha representando o *socius*” (Ibid., p. 170), o que torna superegógica a feição do discurso sobre a perversão.

Os fatores normalmente reconhecidos como determinantes para especificar uma estrutura perversa em nome da lei (...) remetem para critérios exteriores, numa

espécie de “projeções”, cujo rigor assenta unicamente no sistema de valores pelo qual se equilibram os observadores (...). O conceito de estrutura perversa encontra-se dessa forma assente sobre o preconceito da própria investigação, que, pelo contrário, o deveria demonstrar (Ibid., p. 166).

A teorização da perversão estaria estrangida por uma “terminologia elaborada p[elo] homem ‘normal’ para estigmatizar os seus próprios desvios interiores, projetando-os sobre um suporte exterior localizável e detectável no tempo e no espaço” (Ibid., p. 170).

O autor lembra ainda que o que fundamenta o campo semântico do termo perversão é uma “moral que nada evoluiu desde a época em que, precisamente, [se] podia acusar Freud de perversão na sua condução das curas e na sua teoria” (Ibid., p. 171), e que pode fazer com que tal diagnóstico sirva à exclusão mesmo entre os psicanalistas: “a preocupação de ‘controle’ e ‘supervisão’ no recrutamento de futuros analistas é motivada pela necessidade de detectar... os perversos!” (Ibid., p. 171).⁵

O argumento central do texto é que a delimitação de uma estrutura perversa contribui para calar o escândalo da descoberta de Freud sobre o papel da sexualidade (Ibid, p. 170). Barande nos permite, assim, inverter a lógica que motiva tal delimitação: ao invés de perceber a ausência de uma estrutura perversa na obra de Freud como uma falha, uma deficiência teórica ou um ponto cego, podemos ler este silêncio como uma das suas mais originais contribuições.

É notável que, para Freud, a “perversão” nunca tenha sido um problema enquanto conceito psicopatológico; ao longo de toda a sua obra evocou-a apenas ocasionalmente, mesmo nos grandes momentos da sua elaboração teórica (Ibid., p. 161).

Se, como defende o autor, Freud usa o termo perversão “*simplesmente retoma[ndo] a terminologia psiquiátrica em uso*, como designação fenomenológica cômoda” (Ibid., p. 163), não será esta ausência de uma estrutura perversa uma decidida resistência à tradição que herdou, ou um índice da descontinuidade entre Freud e seus predecessores?

⁵ Como é explícito no que acredita o psicanalista Serge André: “é certo que há analistas perversos, tal como há analistas psicóticos. E todo mundo concorda em ansiar por que haja o menor número possível deles” (André, 1995, p. 18). Perversão e psicose raramente são meramente estruturas clínicas, pois são sobredeterminadas por uma hierarquia valorativa que precede e pode perpassar a própria *praxis* analítica.

Que pese ainda o fato de o vocábulo ‘perversão’ ter tido lugar central em partes de sua obra, por exemplo, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1996 [1905b]). Como argumenta Barande,

se Freud não tinha tido nada a dizer sobre uma estrutura perversa, é precisamente porque tinha dito muito sobre a sexualidade do homem “normal”, e muito explicitamente: que ela era fundamentalmente... “perversa” (Barande, op. cit., p. 170).

Foi esta a idéia que desenvolvi em *Pela travessia da perversão: leitura crítica de suas configurações psicanalíticas* (Frota Neto, 2005): que a maior contribuição de Freud quanto à perversão (conceito que herdou da psiquiatria pré-psicanalítica) foi subvertê-la, equivocando o campo semântico do termo o suficiente para que se tornasse tão difícil quanto inútil a delimitação de uma estrutura diagnóstica especificamente perversa. Defendi que o vocábulo, aparecendo ao longo da obra de Freud exclusivamente na acepção mais estritamente sexual, é notavelmente preterido em relação aos termos ‘neurose’ e ‘psicose’ em seu último esboço nosográfico.

O abandono da noção de uma atração recíproca natural de um sexo pelo outro, já em 1905 (Freud, op. cit., p. 138, nota 1), lançou Freud na radical contingência de alvos e objetos para a pulsão. Por sua vez, a sinonímia entre genitalidade e saúde tornou-se bastante relativa diante das críticas que Freud teceu à severidade excessiva da moral sexual, desde os *Três ensaios* até escritos tão tardios quanto *O mal-estar na civilização* (Id., 1997 [1930]).

No relato de um de seus casos, escrito em 1920 sob o título *Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (Id., 1996 [1920]), a homossexualidade é tomada como uma simples variedade da organização sexual e a direção da cura em Psicanálise é desvinculada das múltiplas configurações possíveis da sexualidade. Neste texto, vale ainda dizer, não aparece o termo ‘perversão’.

O ponto que faz maior contraste com a vocação teratológica da psicopatologia sexual oitocentista é a afinidade entre supereu e pulsão de morte. As conseqüências do papel que a crueldade desempenha na formação do supereu são bastante significativas, e caracterizam uma ruptura bastante clara com a simples idéia de “defeito moral” como até então se configurava. Deixa de ser

verossímil um contraste radical, uma diferença qualitativa básica entre um sujeito moral e um imoral: “o homem normal não apenas é muito mais imoral do que crê, mas também muito mais moral do que sabe” (Id., 1997 [1923], p. 57).

Mas Freud marcou a descontinuidade com seus predecessores desde 1897, quando abandonou sua teoria da sedução – o que está documentado na carta 69 (Id., 1996 [1897]). A partir deste abandono, “a noção do sedutor perverso perde sua consistência” (Valas, 1990, p. 18). Esta ênfase na realidade psíquica teve grande impacto no que Freud nos deixou, notavelmente a partir dos anos 20, como seu último esboço de classificação diagnóstica, de fronteiras bastante fluidas e que se organiza em torno de pólos – neurose e psicose – entre os quais não se encontra a perversão.

Voltemo-nos então à realidade psíquica em busca do lugar que o perverso ocupa na fantasia, como um personagem, antes de como estrutura clínica.

4

Da sedução à fantasia

A carta que Freud redigiu a Fliess em 21 de setembro de 1897 é o marco de uma reorientação teórica decisiva para o nascimento da Psicanálise. Até então o autor acreditava, baseando-se no discurso de seus pacientes, que a causa da histeria era invariavelmente um trauma sexual na infância, uma sedução que a criança sofrera por parte ou de um adulto ou de uma outra criança que por sua vez reproduzia uma experiência que ela própria sofrera por iniciativa de um adulto.

As experiências sexuais infantis que consistem na estimulação dos órgãos genitais, em atos semelhantes ao coito, e assim por diante, devem portanto ser consideradas, em última análise, como os traumas que levam a uma reação histérica nos eventos da puberdade e ao desenvolvimento de sintomas histéricos (...) todo relacionamento dessa natureza entre crianças pressupõe a sedução prévia de uma delas por um adulto (Freud, 1996 [1896a], pp. 203/210).

Re-significada mais tarde como abuso, a lembrança da experiência seria conflituosa o suficiente para ser recalcada e substituída por sintomas neuróticos. Mas estas experiências causariam também as perversões, quando, ao invés de mobilizar defesas, persistissem como compulsões (Id., 1996 [1896b], p. 286). Portanto o adulto sedutor, pervertido, teria sofrido o mesmo tipo de trauma em sua infância.

O sedutor precisava ainda ser significativo o suficiente para causar o trauma: na grande maioria dos casos, se tratava de “algum adulto que cuidava da criança — uma babá, uma governanta, um tutor ou, infelizmente, com frequência grande demais, um parente próximo” (Id., 1996 [1896a], p. 204). De fato, com mais frequência do que Freud estava disposto a admitir na época, o próprio pai da criança aparecia como promotor do trauma: “cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de *perversão* por parte do sedutor, e *mais e mais* me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai” (Id., 1996 [1896b], pp. 286-287).

É neste contexto de hipóteses que a carta de 1897 introduz a descrença de Freud quanto à objetividade das lembranças e associações relativas ao trauma. Diante da grande frequência de sintomas histéricos, em variados graus – Freud

identificava alguns em si próprio –, lhe pareceu inverossímil que tantos pais – inclusive o seu – promovessem tais experiências. A influência da fantasia na memória e o caráter psíquico da realidade começavam a se substituir aos determinantes factuais como norteadores de suas análises:

no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é [investida] com o afeto. (Assim, permanecia aberta a possibilidade de que a fantasia sexual tivesse invariavelmente os pais como tema.) (...) Parece que novamente se tornou discutível se são somente as experiências posteriores que estimulam as fantasias, que então retornam à infância (Id., 1996 [1897], p. 310).

Em janeiro de 1899 concluía, com base em sua auto-análise, que

as fantasias são produtos de períodos posteriores e são projetadas para o passado, desde o que era então o presente até épocas mais remotas da infância (...). A pergunta: “O que aconteceu nos primórdios da infância?”, a resposta é “nada”. Mas o embrião de um impulso sexual estava lá (Id., 1996 [1899], p. 327).

Desde então “caiu por terra a insistência no elemento “traumático” presente nas vivências sexuais infantis” (Id., 1996 [1905c], p. 260), e Freud passou a se referir à sedução principalmente como uma fantasia inconsciente ou ficção mnêmica que permeava as lembranças da infância e se interpunha entre estas e os sintomas histéricos. As fantasias de sedução, em seu teor passivo, eram distorções defensivas da atividade pulsional – “tentativas de rechaçar lembranças da atividade sexual do próprio indivíduo” (Ibid., p. 260) – análogas aos delírios paranóicos: “as fantasias dos histéricos sobre maus-tratos sexuais e cruéis correspondem, às vezes nos mínimos detalhes, às queixas dos paranóicos perseguidos” (Id., 1996 [1901], p. 251 nota 2).

Mas é a fantasia que rege também os próprios desempenhos sexuais “perversos”, apesar de nunca realizar-se completamente nestes, dada a irredutibilidade da realidade psíquica à material. A incapacidade em perceber este descompasso, a mesma que permite que fantasias de sedução sejam tomadas como lembranças, influenciara a avaliação científica das perversões até então. Em uma conferência sobre o desenvolvimento da libido e as organizações sexuais Freud estranha

o fato de essas perversões sexuais estarem sujeitas a uma condenação muito especial, que chegou mesmo a afetar a teoria e se opôs à avaliação científica delas.

É como se ninguém pudesse esquecer que elas não são apenas algo repulsivo, mas também algo monstruoso e perigoso – como se as pessoas as sentissem como sedutoras e, no fundo, tivessem de sufocar uma secreta inveja daqueles que as experimentam (Id., 1996 [1917a], p. 326).

A teorização das perversões é atravessada pelos efeitos de uma inveja secreta, tão inconsciente quanto os impulsos que motivam as fantasias, posto que a sexualidade infantil, potencialmente perversa, só é superada depois de conflitos intensos e ao custo de ondas de recalamentos que precisam ser mantidos em efeito ao longo da vida, mesmo nos casos em que o resultado final não é considerado patológico.

O reconhecimento do irreduzível conflito entre pulsões e sanções, assim como da natureza em última instância insaciável das primeiras, direciona a concepção freudiana em outro sentido: “na realidade, os pervertidos são, antes, uns pobres diabos, que têm de pagar extremamente caro pela satisfação que obtêm a duras penas” (Ibid., p. 326).

Estava colocada a primazia da fantasia não só sobre a memória, os sintomas e, de forma geral, as formações do inconsciente – sonhos, atos falhos – mas também sobre os comportamentos sexuais “pervertidos”, tentativas de atuação que estão longe de proporcionarem o gozo supremo que a inveja lhes atribui. À fantasia de abuso sexual – tomada freqüentemente como lembrança – submetem-se tanto a formação de certos sintomas histéricos e certos delírios paranóicos quanto os comportamentos – perversos – que tentam atuá-las. Freud operou assim uma distinção entre o sedutor perverso fantasístico, uma personagem mítica, remetida por cada geração à sua precedente, e o indivíduo que busca uma identificação com ele, tentando emulá-lo na conduta sexual que lhe é atribuída em fantasia.

A importância desta distinção é enfatizada por Freud (1996 [1924a]) em seu estudo autobiográfico, onde caracteriza a teoria da sedução como “um erro no qual incidi por algum tempo e que bem poderia ter tido conseqüências fatais para todo o meu trabalho” (Ibid., p. 39). A possibilidade de sedução real nunca foi descartada, mas tornou-se apenas mais um fator na determinação das manifestações sintomáticas posteriores e na configuração da sexualidade adulta, sendo agora um reforçador de “fantasias impregnadas de desejos” (Ibid., p. 40)

que motivavam sintomas e atuações por si próprias. Isto indica que, por um lado, um sujeito pode exibir sintomas neuróticos e atuações perversas sem ter sido abusado na infância, e, por outro, que o abuso real não impõe um destino, perverso ou neurótico, à pulsionalidade.

4.1

Fantasia e masoquismo

A natureza libidinal das fantasias de maus-tratos na infância é esclarecida quando Freud as remete ao cenário edipiano. Em 1919, em *Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais* (Freud, 1996 [1919a]), o autor analisa as fantasias de espancamento com as quais se deparou na clínica de pacientes neuróticos.

Tais fantasias surgem precocemente, durante a infância, e sofrem modificações sucessivas, mas têm como conteúdo comum uma criança estar sendo espancada por alguém. Suscitam boa dose de prazer, mas atraem sobre si sentimentos de vergonha e culpa, sendo ainda mais hesitantemente relatadas do que as lembranças do início da vida sexual (Ibid., p. 195).

A forma mais primitiva da versão feminina da fantasia é “o meu pai está batendo na criança que eu odeio” (Ibid., p. 201). Nesta versão, a criança espancada é uma competidora, freqüentemente um irmão ou irmã, e o adulto que bate é o pai; motivada pelo ciúme, a fantasia apropria-se da compreensão de que “ser espancado, mesmo que não doa muito, significa uma privação de amor e uma humilhação” (Ibid., p. 202). Seu significado primeiro, pois, é “o meu pai não ama essa criança, ama apenas a mim” (Ibid., p. 202).

A forma final da fantasia introduz algumas modificações: o pai se torna um adulto indeterminado ou um substituto (como, por exemplo, um professor), e a criança espancada desdobra-se em várias, todas desconhecidas. O próprio espancamento pode transformar-se em um “castigo ou humilhação de outra natureza” (Ibid., p. 201). O amor pela instância punitiva desaparece, mas a fantasia passa paradoxalmente a ser acompanhada de excitação sexual, “proporcionando, assim, um meio para a satisfação masturbatória” (Ibid., p. 201).

A versão masculina da fantasia, por sua vez, desperta a excitação sexual através de uma cena em que o sujeito é ele próprio espancado, não pelo pai, mas pela mãe.

Freud infere destes elementos que há uma versão da fantasia, comum a ambos os sexos, que foi recalcada. Nesta, a criança se coloca como a vítima do pai, satisfazendo ao mesmo tempo o desejo incestuoso por ele e a culpa que advém da re-significação deste desejo como transgressão: “esse ser espancado é agora uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação” (Ibid., p. 205).

As fantasias sado-masoquistas tornam-se então tributárias do próprio investimento do pai como objeto sexual – “a fantasia de espancamento tem sua origem numa ligação incestuosa com o pai” (Ibid., p. 213) –, que se choca com a proibição da transposição das barreiras entre as gerações e, no caso dos meninos, também dos sexos. A fantasia de espancamento, atuada ou não, é um resíduo do complexo de Édipo, uma cicatriz deixada pelo conflito.

A sexualidade infantil, que é mantida sob repressão, atua como a principal força motivadora na formação de sintomas; e a parte essencial do seu conteúdo, o complexo de Édipo, é o complexo nuclear das neuroses. Espero haver levantado, neste artigo, a expectativa de que as aberrações sexuais da infância, bem como as da maturidade, são ramificações do mesmo complexo (Ibid., p. 218).

A forma final da fantasia feminina é sádica, mas deve a excitação que desperta à organização masoquista precedente: a cena só é excitante se as vítimas – os bodes expiatórios, diz Freud – forem substitutos do eu, que pode então assumir o mais confortável papel de espectador. O algoz, por sua vez, que na forma final é uma figura genérica de autoridade, deve seu papel na cena a desejos incestuosos e à erotização da figura paterna como instância punitiva. Esta terceira versão da fantasia feminina, vale dizer, tem algumas semelhanças com as situações reais de julgamento e condenação de criminosos sexuais: em ambos os casos uma instância de autoridade pune, diante de uma platéia interessada, alguém que transgrediu uma interdição sexual. A diferença é que o criminoso acumula ainda a conotação de algoz, confundindo-se com a própria instância que o pune,

ao passo que as crianças espancadas são, a princípio, apenas rivais e substitutos de um eu desejante e culpado.

De qualquer forma, o algoz da fantasia de sedução, o abusador, parece assumir as feições de um pai perverso diretamente a partir desta organização masoquista do conflito edipiano, que começa a ser universalizada em *O problema econômico do masoquismo* (Id., 1996 [1924b]).

Esta forma de organização da satisfação sexual sempre fora algo refratária a explicações econômicas: “se os processos mentais são governados pelo princípio de prazer de modo tal que o seu primeiro objetivo é a evitação do desprazer e a obtenção do prazer, o masoquismo é incompreensível” (Ibid., p. 177). O novo dualismo pulsional vida/morte, no entanto, fornecera uma base para a compreensão das mais variadas manifestações do masoquismo.

O masoquismo que permeia as fantasias de espancamento, configurado em torno de uma posição edipiana feminina (tanto em meninas quanto em meninos), é aqui remetido a um masoquismo primário, chamado erógeno, que a ele subjaz. O masoquismo erógeno, que possibilita toda e qualquer erotização do sofrimento, ou inscrição de desprazer como trilha de excitação, origina-se do resíduo não defletido, irreduzível, da força de dissolução que “procura desintegrar o organismo” (Ibid., p. 181) conduzindo-o “para um estado de estabilidade inorgânica” (Ibid., p. 181), a pulsão de morte.

A libido tem a missão de tornar inócuo o instinto destruidor e a realiza desviando esse instinto, em grande parte, para fora (...) no sentido de objetos do mundo externo. O instinto é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder. Uma parte do instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, onde tem um papel importante a desempenhar. Esse é o sadismo propriamente dito. Outra porção não compartilha dessa transposição para fora; permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante acima descrita, lá fica libidinalmente presa. É nessa porção que temos de identificar o masoquismo original, erógeno (Ibid., p. 181).

Assim, a porção de pulsão de morte não transposta para fora, domada pela libido – mesclada a ela –, segue influenciando o desenvolvimento das fantasias em toda a sua extensão e durante toda a vida do sujeito, assumindo “revestimentos psíquicos cambiantes” (Ibid., p. 182) e investindo freqüentemente o pai como seu agente:

O medo de ser devorado pelo animal totêmico (o pai) origina-se da organização oral primitiva; o desejo de ser espancado pelo pai provém da fase anal-sádica que a segue; a castração, embora seja posteriormente rejeitada, ingressa no conteúdo das fantasias masoquistas como um precipitado do estágio ou organização fálica, e da organização genital final surgem, naturalmente, as situações de ser copulado e de dar nascimento, que são características da feminilidade (Ibid., p. 182).

É justamente ao discutir a sexualidade feminina (Id., 1996 [1931]) que o autor estabelece de forma mais consistente a influência do desamparo, a impotência original comum a ambos os sexos, na economia pulsional e na ambivalência das satisfações passivas. Neste texto Freud aborda a relação com a mãe como precursora da rivalidade ambivalente com a instância paterna, investigando o que chamara em um artigo precedente (Id., 1996 [1925b]) de “longa pré-história” do complexo de Édipo. Este passara a constituir, “sob certos aspectos, uma formação secundária” (Ibid., p. 280) a uma insuficiência narcísica primeva que o autor ainda limitava ao psiquismo das meninas, por remetê-lo a um registro fálico, onde se apresenta como castração.

No texto de 1931, Freud vai mais longe. Antes de qualquer investimento do pai como objeto – que começa a tomar as feições de uma fuga, um refúgio de uma fase mais primitiva –, a mãe, ao mesmo tempo intensamente amada e insatisfatória, fornece as bases para os conflitos posteriores por características intrínsecas a essa ligação:

O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo. Possui, porém, uma segunda característica; não tem, na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa, e, principalmente por isso, está condenado a acabar em desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil (Id., 1996 [1931], p. 239).

A intensidade destes primeiros impulsos é tomada como “superior a qualquer outra que surja depois” (Ibid., p. 251). O mal-estar, intenso, pois, da impossibilidade estrutural de satisfação plena das pulsões é elaborado pela transformação da insuficiência da mãe em uma intencional avareza, como demonstram as acusações de que a mãe não amamentou o suficiente, por exemplo. A insaciabilidade que acompanha o investimento intenso e exclusivo da mãe dá origem, assim, a uma hostilidade igualmente intensa, que poderá ser justificada de diversas formas, entre elas a acusação tanto de sedução quanto de interdição: a de

que a mãe, como primeiro objeto amoroso de toda criança, “primeiro despertou a sua atividade sexual e depois a proibiu” (Ibid., p. 242).

O conflito em ambos os sexos se configura em função da ambivalência inerente a esta relação, residindo a crucial diferença em que “os meninos podem lidar com seus sentimentos ambivalentes com a mãe dirigindo toda sua hostilidade para o pai” (Ibid., p. 243).

O pano de fundo destes investimentos é a antítese entre passividade e atividade. A este respeito faz diferença o fato de que “as primeiras experiências sexuais e sexualmente coloridas que uma criança tem em relação à mãe são, naturalmente, de caráter passivo. Ela é amamentada, alimentada, limpa e vestida por esta última” (Ibid., p. 244). Do desamparo, e da inescapável erotização dos cuidados recebidos, então, deriva uma posição passiva que é universal e originária, a mesma que configura o masoquismo erógeno e tem influência decisiva nos pesadelos, sintomas histéricos, delírios de perseguição e fantasias de espancamento ou sedução por adultos perversos: “o papel desempenhado, em seu começo, pela higiene infantil reflete-se na fantasia muito comum que transforma a mãe ou a babá em sedutora” (Ibid., p. 240).

Inicialmente, o esforço da criança em reagir ativamente ao desamparo – “parte do trabalho que lhe é imposto de dominar o mundo externo” (Ibid., p. 244) – se depara com graves impedimentos: tais tendências ativas revelam-se “totalmente irrealizáveis e, portanto, são mais prontamente abandonadas pela libido” (Ibid., p. 247). Acabarão, de fato, sendo projetadas na mãe e, depois, no pai. No menino, por exemplo, o temor de ser devorado pelo pai “provavelmente constitui o produto de uma transformação da agressividade oral dirigida para a mãe. A criança deseja comer a mãe, de quem recebe seu alimento” (Ibid., p. 245). Nas meninas a projeção da atividade na mãe pode ser percebida indiretamente “em seu brinquedo com a boneca, brinquedo em que representa a mãe, e a boneca, a filha” (Ibid., p. 245).

A origem da onipotência das figuras de plenitude – não sujeitas ao desamparo, ou, em linguagem fálica, não castradas –, das quais o perverso, como sujeito suposto gozar ilimitadamente, é um dos semblantes, é esclarecida por essa projeção primordial da atividade, assim como a natureza mítica destas mesmas

figuras revela-se na insatisfação estrutural que rege até mesmo as próprias tendências passivas do indivíduo, que, diz Freud, são tão irrealizáveis quanto as ativas, e tampouco escapam ao desapontamento (Ibid., p. 247). Isto equivale a dizer que o algoz concreto sempre falha em fazer jus a seu correspondente na fantasia, o que sublinha uma vez mais a necessidade de distinguirmos o diagnóstico de perversão, essencialmente oitocentista, do lugar do perverso na fantasia.

4.2

O sinistro e o diabólico

Freud abre uma de suas conferências, sobre a vida sexual dos seres humanos (Freud, 1996 [1917b]), abordando o senso comum a respeito das perversões. O que o termo vinha delimitando era uma miscelânea de figuras estranhas, somente comparáveis a “monstros grotescos” (Ibid., p. 311). Longe de um diagnóstico, tratava-se na verdade de um “séquito” (Ibid., p. 311) onde se enfileiravam “pessoas enigmáticas” (Ibid., p. 312) e “coisas loucas, excêntricas e horríveis” (Ibid., p. 312). Não há descrição mais precisamente excessiva do campo da perversão; trata-se do ponto onde o que é sexual deixa de ser meramente impróprio e torna-se abominável, despertando indignação, repugnância, horror e repúdio.

Se aqui Freud prossegue diminuindo os abismos entre perversão, neurose e normalidade – através da análise da polimorfa sexualidade infantil e da, digamos, psicopatologia da vida sexual cotidiana –, dois anos depois toma a própria reação de horror como tema em seu texto *O ‘estranho’* (Freud, 1996 [1919b]).

Sua análise do adjetivo *unheimlich* e sua forma substantiva revela um campo semântico onde reencontramos várias das conotações que permeavam os laudos médico-legais do século XIX. A unidade do campo da anomalia, ou domínio da perversidade, como Foucault o batizou, se reflete de forma privilegiada na significação deste termo que, diz Freud, pertence ao discurso estético, à “teoria das qualidades do sentir” (Ibid., p. 237).

Das Unheimliche “relaciona-se indubitavelmente com o que é assustador — com o que provoca medo e horror”, e com sentimentos “de repulsa e aflição” (Ibid., pp. 237-238). Quando adjetiva animais conota selvageria, indica que não são domesticados, e é aplicado a uma pessoa “quando lhe atribuímos intenções maldosas” (Ibid., p. 260). O termo tem afinidades com o latim *suspectus* (‘suspeito’) e, quando aplicado a pessoas, com o inglês *repulsive* (‘repulsivo’). Em árabe e hebreu “significa o mesmo que ‘demoníaco’, ‘horrível’” (Ibid., p. 239).

Em português a tradução padrão, ‘estranho’, não faz jus a uma série de conotações, entre elas, a sensação de estar indefeso diante do que é *unheimlich* por ele ser indefinível e imprevisível; a idéia de algo insidioso e sorrateiro; a idéia de algo grandioso; a idéia de algo súbito e próximo; e a idéia de algo fantasmagórico, “que torna o *das Unheimliche* inapreensível e inefável e o dota de certa “irrealidade” ou de um “realismo fantástico”” (Hanns, 1996, p. 233). As alternativas de tradução incluem ‘lúgubre’, ‘sinistro’, ‘inquietante’ e ‘macabro’.

‘Estranho’ também adiciona uma conotação de absoluta alteridade — podendo significar ‘estrangeiro’, por exemplo —, algo bem mais ambíguo no termo alemão: este último deriva de *Heim*, que significa “lar” ou “casa”, mas que pode denotar, sob a forma *heimlich*, algo tanto familiar e conhecido quanto secreto e oculto (Ibid., pp. 231-235).

É esta relação com o que é familiar, porém secreto, que permite a Freud valorizar a definição, proposta por Schelling, desta categoria do assustador “como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz” (Freud, op. cit., p. 258). Trata-se, claro, do ameaçador retorno de pulsões recalcadas. O sentimento de algo sinistro, de intenções maldosas e poderes secretos, permeia, por exemplo, a percepção social da epilepsia e da loucura na medida em que

o leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser. A Idade Média atribuía, com absoluta coerência, todas essas doenças à influência de demônios e, nisso, a sua psicologia era quase correta (Ibid., p. 260).

Freud indicara em um artigo anterior que “o diabo nada mais é do que a personificação da vida instintual inconsciente reprimida” (Id., 1996 [1908b], p.

162-163): se o epilético e o louco parecem estar possuídos, subjugados pelo diabo ou pela pulsionalidade, o perverso parece encarnar tanto o primeiro quanto a segunda.

No texto de 1919, as pulsões que despertam o horror têm uma configuração específica, remetida à mesma atitude feminina para com o pai que examinamos: aqui ela apresenta-se como ponto de impasse entre incesto e castração. Freud identifica esta configuração num conto de Hoffman, “O homem da areia”, e dela deriva o efeito emocional de terror que sua leitura suscita.

Natanael, o protagonista, é atormentado desde criança pelos “dois opostos em que a imagem paterna é dividida pela sua ambivalência” (Id., 1996 [1919b], p. 250, nota 1). Suas relações tanto com figuras paternas ‘boas’ quanto com sua amada, Clara, são invariavelmente perturbadas pela chegada, sob vários disfarces, do ‘homem da areia’, o “pai temido, de cujas mãos é esperada a castração” (Ibid., p. 249).

O homem da areia “aparece sempre como um perturbador do amor” (Ibid., p. 249), em primeiro lugar, aliás, do amor ao pai: no início do conto Natanael narra como a iminência de sua chegada, anunciada pela mãe, era o que marcava a hora em que, quando criança, tinha que ir dormir, separando-se da companhia agradável do pai, que pouco via durante o dia (Hoffman, 1993, p. 114). Quando pergunta à mãe quem é o homem da areia que o separa de seu pai, já o qualificando de “malvado”, a mãe desmente sua existência: diz que significa apenas que o menino não consegue manter os olhos abertos, “como se alguém tivesse jogado areia neles” (Ibid., p. 115). Mas ele vê nisso uma negação, preferindo a explicação que a babá lhe dá, segundo a qual se trata de um homem perverso “que aparece para as crianças quando elas não querem ir dormir e jogalhes punhados de areia nos olhos, de forma que estes saltam do rosto sangrando” (Ibid., p. 115). Esta versão diabólica da instância paterna não só sobrevive à morte de seu pai real, como é também responsabilizada por ela.

Arrancar os olhos, diz Freud, simboliza a castração: “a ameaça de ser castrado excita de modo especial uma emoção particularmente violenta e obscura, (...) é essa emoção que dá, antes de mais nada, intenso colorido à idéia de perder outros órgãos” (Freud, loc. cit.). Esta emoção, que podemos chamar de horror,

deve, portanto, boa parte de sua força à intensidade dos desejos eróticos aos quais se substitui: deriva da tentação a que estamos sujeitos quando somos instados a escolher entre o gozo e a própria possibilidade de manutenção de nossa frágil unidade corporal, narcísica. Ou seja, entre aquiescermos à plenitude imaginária de um objeto não castrado, cedendo-lhe definitivamente o falo – que nos é arrancado – e gozando através do masoquismo; ou então abirmos mão do gozo e da plenitude do objeto, contentando-nos com a falta, com o desejo, com a esperança de um dia obter o falo e com a parca satisfação narcísica que extraímos dos momentos em que um outro nos o atribui.

Natanael, na vida adulta, esboça uma solução para este impasse ao se apaixonar por Olímpia, filha de um de seus professores e substituto do pai ‘bom’. Olímpia, diz Freud, é como um complexo dissociado do protagonista: “nada mais pode ser do que uma materialização da atitude feminina de Natanael em relação ao pai na sua infância” (Ibid., p. 250, nota 1). Este arranjo do narcisismo o poupa da castração ao mesmo tempo em que o mantém, indiretamente, numa relação incestuosa com um substituto paterno. Olímpia funciona como via para o incesto e anteparo para a angústia de castração, o elemento que evita o horror ao se interpor entre Natanael e o pai. Talvez possamos inferir a influência de um arranjo desta espécie da presteza com que se dá nossa identificação com as vítimas de criminosos sexuais, identificação que não deixa de infiltrar, como vimos, o discurso médico-legal.

O conto ilustra ainda como a angústia irrompe quando esta defesa narcísica soçobra, possivelmente graças à intensificação do desejo que ela domesticava: o retorno do homem da areia, que se revela um comparsa do professor ao raptar Olímpia, é simultâneo à descoberta de que a moça era uma boneca, um autômato construído pelo professor, e cujos olhos tinham sido roubados do próprio Natanael. Desfeita a cisão do eu da qual depende a defesa, o protagonista, ao se reconhecer em Olímpia, se vê sem anteparo diante da castração e do incesto já consumados, sucumbe à loucura e, eventualmente, se suicida.

O incessante retorno do homem da areia, sob nomes e disfarces diversos, permite ainda que Freud relacione a sensação do sinistro com um conceito do qual se ocupava na época, a compulsão à repetição: “esse fator de repetição

involuntária que cerca o que, de outra forma, seria bastante inocente, de uma atmosfera [sinistra], e que nos impõe a idéia de algo fatídico e inescapável” (Ibid., p. 255). A sensação de desamparo diante do sinistro e suas personificações, experimentada também em alguns estados oníricos, é, antes de tudo, portanto, a sensação de desamparo do eu diante não do mundo externo, mas do isso e do aspecto mortífero das pulsões, poderoso o bastante “para prevalecer sobre o princípio de prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco” (Ibid., p. 256).

Assim, se o horror às perversões é uma manifestação do sinistro, da angústia diante do iminente retorno de pulsões mortíferas recalçadas, o séquito oitocentista de perversos insere-se na linhagem de personificações da inescapável e involuntária ação destas pulsões, uma série que se inicia com os pais e termina, escreveria Freud, com o “poder sombrio do Destino, que apenas poucos dentre nós são capazes de encarar como impessoal” (Id., 1996 [1924b], p. 185).

Esta projeção, digamos, do isso no mundo externo pode ser intensa a ponto de extinguir “a distinção entre imaginação e realidade” (Id., 1996 [1919b], p. 261), dando ao sinistro sua conotação fantasmagórica, “como quando algo que até então considerávamos imaginário surge diante de nós na realidade, ou quando um símbolo assume as plenas funções da coisa que simboliza, e assim por diante” (Ibid., p. 261). Certamente só encontraremos manifestações tão extremas do sinistro na vida onírica, ou em delírios e alucinações – situações em que a angústia, para Freud (2001 [1925a], pp. 98-99), é plenamente traumática –, mas elas parecem estar subjacentes também à vocação teratológica que a Medicina Legal oitocentista herdou do discurso religioso que a precedeu. A importância atribuída então aos dismorfismos é esclarecida um pouco mais, por sinal, quando Freud a relaciona à projeção da inveja:

Quem quer que possua algo que seja a um só tempo valioso e frágil, tem medo da inveja de outras pessoas, na medida em que projeta nelas a inveja que teria sentido em seu lugar. (...) quando um homem se destaca devido a atributos visíveis, e particularmente atributos não atraentes, as outras pessoas estão prontas a acreditar que a sua inveja se eleva a um grau de intensidade maior do que o habitual, e que essa intensidade a converterá em ação efetiva (Id., 1996 [1919b], p. 257).

Se tomarmos a própria unidade narcísica, imaginária, como algo desta espécie, ao mesmo tempo valiosa e frágil, compreenderemos o mecanismo

paradoxal que imbui o perverso de sua monstruosidade, seja ela atribuída ou assumida como semblante: não se trata de outra coisa que não o que Freud chamou de *Verleugnung*, o desmentido da castração. O monstro, deformado e potente, é a um só tempo invejoso e pleno – castrado e não castrado; daí encarnar a essência da periculosidade mesma.

Afinal, esta é a análise que Freud faz, três anos depois, do simbolismo que envolve a “horripilante cabeça decapitada da Medusa” (Id., 1996 [1922a], p. 289), um monstro da mitologia grega.

Decapitar = castrar. O terror da Medusa é assim um terror de castração (...). Os cabelos na cabeça da Medusa são freqüentemente representados nas obras de arte sob a forma de serpentes e estas, mais uma vez, derivam do complexo de castração. Constitui fato digno de nota que, por assustadoras que possam ser em si mesmas, na realidade, porém, servem como mitigação do horror, por substituírem o pênis, cuja ausência é a causa do horror (Ibid., p. 289).

Assim, o monstro, bem como seu pálido representante, o perverso, são o produto paradigmático do desmentido da castração, sua negação e assunção simultâneas: castrados, posto que desejantes ou invejosos, ao mesmo tempo apresentam o falo e, portanto, mitigam o horror ao darem provas de que é possível possuí-lo. Chegamos à *Verleugnung* por uma via pouco usual, a do sinistro, o que tem a vantagem de indicar o quanto este operador é disseminado. Afinal, dele parecem fazer uso não só os fetichistas, mas também os gregos antigos, os teratólogos medievais e os psiquiatras oitocentistas.

Pois a mitigação do horror narcísico parece começar pela própria personificação do sinistro, da localização em intenções humanas daquilo que causa angústia. É o que Freud indica, mais tarde, quando discute as raízes psíquicas do animismo, a “humanização da natureza”, que “proporciona alívio imediato” do desamparo ao criar “violentos super-homens externos” (Id., 1997 [1927], p. 28):

a vida e o universo devem ser despídos de seus terrores (...). De forças e destinos impessoais ninguém pode aproximar-se; permanecem eternamente distantes. Contudo, se nos elementos se enfiarem paixões da mesma forma que em nossas próprias almas, se a própria morte não for algo espontâneo, mas o ato violento de uma Vontade maligna, se tudo na natureza forem Seres à nossa volta, do mesmo tipo que conhecemos em nossa própria sociedade, então poderemos respirar

livremente, sentir-nos em casa no [sinistro]⁶ e lidar com nossa insensata ansiedade através de meios psíquicos. Talvez ainda nos achemos indefesos, mas não mais desamparadamente paralisados; pelo menos, podemos reagir. Talvez, na verdade, sequer nos achemos indefesos (Ibid., p. 28).

Assim, a ação de pulsões mortíferas – forças e destinos impessoais sob o ponto de vista do eu, na medida em que provém do isso – é mais facilmente elaborável quando projetada e personificada em monstros e demônios, que podem ser, por exemplo, exorcizados; ou ainda em outras pessoas, que podem ser evitadas ou punidas.

Freud abordara ainda o tema do demoníaco ao analisar o caso de um pintor do século XVII que teria feito pactos com o demônio e sido redimido através de exorcismos (Id., 1996 [1922b]). Neste texto ratifica que “os demônios são desejos maus e repreensíveis, derivados de impulsos instintuais que foram repudiados e reprimidos” (Ibid., p. 87), projetados para o mundo externo em um substituto terrificante do pai. Se tradicionalmente o benefício de um pacto com o demônio, em troca do qual o indivíduo oferece sua alma, é, “acima de tudo o mais, o gozo” (Ibid., p. 95), este caso é particularmente instrutivo a respeito da natureza deste gozo: aqui bastou que o demônio promettesse substituir o pai falecido do pintor para que este lhe empenhasse seu corpo e sua alma, não uma, mas duas vezes.

O tentador “demônio mau da fé cristã” (Ibid., p. 101) apropria-se, por um lado, da “atitude hostil para com o pai, que é uma atitude de odiá-lo, temê-lo e fazer queixas contra ele” (Ibid., p. 102), e, por outro, da atitude feminina para com ele.

A atitude feminina de um menino com o pai sofre repressão tão logo ele compreende que sua rivalidade com uma mulher pelo amor do pai tem, como precondição, a perda de seus próprios órgãos genitais masculinos — em outras palavras: a castração. O repúdio da atitude feminina é, assim, o resultado de uma revolta contra a castração (Ibid, p. 106).

A angústia de castração configura o demônio, então, como uma figura sexualmente ambígua. Ele aparece para o pintor em várias formas, às vezes com atributos animais fálicos, “aparelhado com chifres, garras de águia e asas de morcego” (Ibid., p. 101) ou com “um grande pênis terminando por uma serpente” (Ibid., p. 105). Mas freqüentemente também com um ou dois pares de “grandes e

⁶ *Das Unheimliche*, traduzido como ‘sobrenatural’ na edição *standard* brasileira.

pendentes seios” (Ibid., p. 105), que constituem tanto a projeção da feminilidade repudiada pelo pintor quanto um indício de que seus sentimentos ternos e hostis pela mãe foram deslocados para o pai.

A revolta contra a castração, por sua vez, empresta ao demônio seu caráter grotesco e disforme: uma maneira, diz Freud, de aviltar o pai: “quando um menino desenha rostos grotescos e caricaturas, podemos francamente demonstrar que neles está escarnecendo de seu pai” (Ibid., p. 102), despojando-o da unidade narcísica que o próprio menino lhe havia atribuído. Novamente, trata-se da paradoxal projeção simultânea de potência fálica e inveja do pênis, que permeia desde as “fobias animais das crianças” até o “medo de ladrões e arrombadores à noite” (Ibid., p. 102), e que parece também delimitar o impossível lugar – entre o ridículo e o monstruoso (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 41) – que o perverso ocupa nas fantasias neuróticas.

4.3

A angústia e suas figurações

Este tipo de análise, das figuras ambíguas a que se atribui a causa da angústia de castração, encontra um terreno privilegiado na experiência do pesadelo. A relação entre pesadelos e investimentos incestuosos foi investigada por Ernest Jones em seu livro *On the nightmare* (Jones, 1971), onde aborda a influência deste tipo de sonho de angústia na formação de toda sorte de superstição medieval, a crença não só em demônios, mas também vampiros, lobisomens e bruxas; na configuração, enfim, de toda espécie de personagem monstruosa nas fantasias.

O extenso exame de Jones da literatura médica a respeito dos pesadelos impressiona por evidenciar o quanto se esteve disposto a eleger causas externas, operando à maneira de corpos estranhos, diria Freud⁷, para os sonhos de angústia: entre as hipóteses que buscavam dar conta de sua causa, encontramos desde “matéria incongruente do sangue” e “comida não-digerida no estômago” até

⁷ A referência é a *Esboço de Psicanálise*: “Estabelecemos assim um direito a chegar a uma compreensão da vida normal da mente a partir do estudo de seus distúrbios — o que não seria admissível se esses estados patológicos, as neuroses e as psicoses, tivessem causas específicas operando à maneira de corpos estranhos” (Freud, 1996 [1938], p. 209).

“gases venenosos” e mesmo “fases da lua”⁸ (Ibid., pp. 30-33). O autor nota, no prefácio à segunda edição, que tais explicações, que chama de pseudomaterialísticas, assemelham-se às explicações religiosas que atribuem os pesadelos à ação de “espíritos maus” (Ibid., p. 7), na medida em que ambas se evadem da responsabilidade pessoal do sonhador por seus desejos, e neste sentido são análogas à teoria da sedução e à etiologia traumática da histeria. No fundo, representam “defesas contra a admissão do inconsciente” (Ibid., p. 7). Em conformidade com a interpretação freudiana dos sonhos, o pesadelo será, ao invés disso, entendido como “expressão de um conflito mental” (Ibid., p. 44), de algo ao mesmo tempo “desejado e temido” (Ibid., p. 45).

Quanto mais intenso for o conflito, mais a realização onírica do desejo tende a se apresentar de forma distorcida (...). Quanto mais o desejo escapou à distorção, maior a manifestação da angústia que o acompanhará. Para Jones, o pesadelo é, entre os sonhos de angústia, aquele que é acompanhado pela mais intensa angústia. Isso o autoriza a tomá-lo como uma expressão bastante clara do conflito em torno do desejo o mais intenso: o desejo incestuoso. A experiência clínica mostra que os pesadelos, ao lado da angústia, não escondem o cunho libidinoso. Seu tema recorrente é o de um visitante noturno, um demônio obscuro que se deita sobre o sonhador para copular. A semelhança desta estrutura do pesadelo com certas alucinações eróticas, em que os pacientes se queixam de abuso por parte de figuras que são tanto atraentes quanto repelentes, não escapa ao autor (Rudge, 2005, p. 83).

Através da literatura médica, Jones caracteriza a forma mais típica de pesadelo como o terror de ser atacado por uma presença opressora e paralisante, freqüentemente uma sensação sufocadora de peso no peito aliada à de “total impotência” (Jones, op. cit., p. 22). O agente da opressão, seja um animal, um monstro, “ou mesmo um vago e indefinível ‘algo’” (Ibid., p. 46), tem sempre atributos como “força, energia, determinação” (Ibid., p. 46). Os sintomas observáveis de um pesadelo incluem sudorese e taquicardia – evidências de esforço, diz o autor (Ibid., p. 24) – e seus, digamos, efeitos colaterais ao acordar compreendem exaustão, indisposição, depressão e “fraqueza nos membros inferiores” (Ibid., p. 25).

Destes elementos, Jones infere que o desejo incestuoso envolvido é o de ter uma relação sexual passiva: as manifestações do pesadelo serão tão mais severas, “tempestuosas e veementes” (Ibid., p. 52), quanto mais constantemente e mais intensamente recalcado for o componente masoquista da sexualidade.

⁸ Tradução minha do original em inglês, como todas as citações que seguem.

O aspecto animalesco que freqüentemente assume “o objeto visto num pesadelo” (Ibid., p. 78) – e que, vale lembrar, insinua-se nas descrições físicas dos criminosos sexuais feitas durante o século XIX – é relacionado ao fato de os animais satisfazerem abertamente suas necessidades sexuais. Eles tornam-se, por isso, representantes da pulsionalidade do sonhador na ambivalência que lhe é inerente, uma “combinação de luxúria com brutalidade ou crueldade” (Ibid., p. 79).

Quando Jones analisa as superstições medievais, retrazendo suas origens à experiência do pesadelo e, portanto, ao conflito derivado de desejos incestuosos, algumas relações entre estas crenças e a psicopatologia sexual oitocentista se evidenciam. O medo de vampiros, por exemplo, influenciou o batismo dos dois casos mais famosos de necrofilia no século XIX, que foram significativamente diagnosticados como “vampirismo” (Ibid., p. 112).

A antiguidade destas fantasias oníricas é atestada, por exemplo, pelo povo babilônico dos Caldeus, que já no século VI a.C. “acreditavam na existência de espíritos que tinham relações sexuais com os mortais durante seu sono, devoravam sua carne e sugavam seu sangue” (Ibid., p. 118), a mesma fantasia, diz Jones, que Jack, o Estripador atuaria 2.500 anos depois. O parentesco entre o monstro e o criminoso também se evidencia no tratamento tradicionalmente dedicado aos vampiros na intenção de trazer-lhes algum conforto e descanso após a morte – decapitação, queima do coração em óleo, esquartejamento –, que reflete intimamente, nota o autor, “a punição dada, especialmente no Oriente, a assassinos particularmente atrozes” (Ibid., p. 116).

Se vampiros e lobisomens devem sua existência à projeção de pulsões orais-sádicas, o diabo é a figuração de uma angústia essencialmente fálica. É a personagem que melhor representa os “aspectos inconscientes do complexo Filho-Pai” (Ibid., p. 156), a alternância entre a imitação do pai e a hostilidade contra ele.

O diabo, uma figura do cristianismo, inaugura uma linhagem de seres puramente maus, em contraste com as entidades ambivalentes que até então eram não só temidas, mas também cultuadas e admiradas. No entanto, Jones demonstra que ele é oriundo de uma cisão destas mesmas entidades ambivalentes, não deixando de herdar suas características invejáveis. A própria etimologia o atesta:

‘diabo’, *devil* em inglês, deriva da raiz primordial DV, cujo mais arcaico campo de significação encontra-se em formas Sânskritas que congregam ‘incendiar’, ‘iluminar’, ‘atiçar’ e ‘despertar’⁹, e de onde deriva também ‘deus’ (Ibid., pp. 158-159).

Mas as próprias características físicas e mentais do diabo indicam que ele herdou os admirados poderes dos deuses antigos: seus atributos animais (pernas de bode, rabo) remetem a Pã, deus grego que personifica a natureza; seu odor de enxofre é análogo ao atribuído ao nórdico Thor, por ser o odor deixado após uma tempestade; a afinidade com corvos é comum ao diabo e Odin, deus maior do panteão nórdico; sua cor negra é emprestada do deus romano Saturno e de Vritra, deus indiano da escuridão (Ibid., pp. 161-162). É curioso que, por este mesmo motivo, a manobra da Igreja de “atribuir todas as suas dificuldades à atividade do Diabo, e desta maneira distrair o povo da contemplação de suas fraquezas, aterrorizando-os com um perigo externo” (Ibid., pp. 163-164) tenha ameaçado se voltar contra ela própria durante o século XII, quando

as pessoas, em desespero pelo óbvio fracasso de Deus e a Igreja em aliviar sua miséria, absorveram avidamente a doutrina dos poderes maravilhosos do Diabo, de forma que não poucos se refugiaram nele; provavelmente a natureza definida da barganha nos bem-conhecidos pactos os atraía mais que as intermináveis e frequentemente ineficazes preces aos santos (Ibid., p. 164).

Os poderes sobre-humanos do diabo correspondem à idealização que a criança faz da potência sexual de seu pai, um dos quatro elementos que Jones distingue como constituindo a encruzilhada fálico-edípica que sua figura personifica. Deste primeiro aspecto, o pai admirado, deriva o caráter sedutor e tentador do diabo, além da suposição de potência e gozo pleno que muitas vezes perpassa o discurso sobre as perversões.

O segundo elemento – hostilidade contra o pai – é bem mais explícito, pois o diabo é essencialmente uma figura persecutória, o inimigo declarado da humanidade.

Toda a arbitrariedade paternal, crueldade selvagem, injustiça, tirania mesquinha e falta geral de razoabilidade que desfigura o Yahweh do Antigo Testamento foram herdadas por completo pelo Diabo Cristão. A semelhança deste retrato com o que

⁹ *div* e *dyu*, do Sânscrito, que Jones traduz por *to kindle*. Vale dizer que o inglês *devil*, o latim *deus* e o grego *theos* derivam todos da primeira forma, *div*.

muitas crianças entendem como uma descrição exata de seus pais é bastante evidente (Ibid., p. 173).

Evidente também é a semelhança com a conotação essencialmente sádica que tem, muitas vezes, o diagnóstico de perversão. Como vimos, no discurso de Krafft-Ebing o uso da força e o prazer em subjugar se insinuavam como critérios para caracterizar, dentro de uma psicopatologia sexual, uma perversão, pura e simplesmente. E nisto ele estava apenas transplantando para o campo da sexualidade uma analogia político-jurídica do fim do século XVIII, segundo a qual

o crime é essencialmente da ordem do abuso de poder. O criminoso é sempre, de certo modo, um déspota, que faz valer, como despotismo e em seu nível próprio, seu interesse pessoal (...) [há] uma espécie de simetria, de parentesco entre o criminoso e o déspota, que de certa forma se dão a mão, como dois indivíduos que (...) fazem de seu interesse a lei arbitrária que querem impor aos outros (Foucault, 2001 [1974-75], pp. 115-116).

Se o pai odiado é um anacronismo que se faz presente no discurso cristão sobre o diabo, vemos como ele possivelmente participa também do discurso revolucionário sobre o tirano, do discurso jurídico moderno sobre o criminoso e do discurso psiquiátrico oitocentista sobre o perverso.

Mas o diabo também simboliza a própria criança, no complexo Filho-Pai, em sua relação com deus; o diabo, diz Jones, imita deus como a criança imita o pai. A esta projeção da posição do filho ele deve sua relação com a castração, expressa em uma de suas dismorfias típicas: é freqüentemente retratado como sendo coxo.

incapacidade de andar é, entre os neuróticos, um símbolo freqüente para a impotência sexual. A crença [num diabo coxo] é, claro, altamente sobredeterminada, e tem a ver com todo tipo de idéias conectadas com o complexo de castração. Desejos de castração do Pai (Deus) estão nela contidas, enquanto por outro lado o fato do mancar ser tantas vezes o resultado de ser arremessado dos céus aponta para os medos de castração do filho, seu temor de que o pai o puna desta apropriada maneira (Jones, 1971, p. 180).

Finalmente, a imitação do pai, na medida em que é tingida também pela hostilidade, dá ao diabo seu caráter rebelde, “sua desobediência insubordinada e insurreição final contra a autoridade de Deus Pai” (Ibid., p. 180). Em sua

arrogância e pretensão, o diabo simboliza a ambição que toda criança nutriu de substituir-se ao pai.

Como é bem sabido, a insubordinação de um menino a seu pai não é simplesmente uma questão de hostilidade; é sempre acompanhada de inveja, que significa admiração e desejo de emular. Em sua revolta, portanto, normalmente ele não se liberta de modo algum da influência de seu pai. Se ele o copia diretamente ou procede ao extremo oposto, tentando ser tão diferente dele quanto possível, é psicologicamente irrelevante; ambas as reações são igualmente imitação. Esta reação mista se aplica precisamente ao Diabo (Ibid., p. 181).

Mas essa ambição parece ser, em si, irrealizável. Como escreveria Freud, a resolução ideal do complexo edipiano é que ele sucumba aos inevitáveis desapontamentos oriundos da ausência da satisfação esperada, o que levaria a criança “a voltar as costas ao seu anseio sem esperança. Assim, o complexo de Édipo se encaminharia para a destruição por sua falta de sucesso, pelos efeitos de sua impossibilidade interna” (Freud, 1996 [1924c], p. 193). O principal entrave para esta resolução é justamente o apego a uma significação fálica do conflito, que transforma a impossibilidade interna de satisfação em uma castração, que passa a poder ser evitada ou imaginariamente desfeita.

Esta mesma significação fálica, incidindo sobre a crença no diabo, é o que faz com que em algumas versões ele não seja frustrado em sua rivalidade com deus pela própria força das circunstâncias, pela impossibilidade interna de satisfação das ambições que nutre, mas que tenha sido, ao invés disso, castrado por deus, arremessado dos céus. Neste caso, sua revolta não é entendida como impotente e equivocada, análoga à revolta de uma criança contra o pai, que reivindica o que ele não tem – o falo –, mas é sentida ao invés disso como uma revolta muito mais perigosa, que coloca em risco a onipotência divina da qual os fiéis participam imaginariamente.

Há aí, na periculosidade do diabo, um paralelo com a superestimação do criminoso sexual. A atualização, na vida adulta, da impossibilidade de satisfação edipiana se reflete no conflito entre o indivíduo e a sociedade: a criança cresceu, de certa forma tornou-se o pai, mas este continua insuperável, pois tornou-se a sociedade e suas leis. Por mais que se transgrida as leis, não há como tornar-se a instância legisladora sozinho; para isso é preciso, no mínimo, a convivência de outros, quiçá de todos.

Esta convivência, o verdadeiro perigo, demonstra sua possibilidade pela própria intensidade dos afetos que estas figuras rebeldes suscitam: a revolta ou o horror diante dos crimes sexuais derivam e alimentam-se da força dos próprios impulsos transgressivos recalcados, sendo análogos à tensão que se estabeleceu durante a Idade Média pela ambivalente expectativa do nascimento do filho do diabo, o anticristo.

Na Idade Média o medo do ameaçador Anticristo era terrível, e a tensão da angustiante expectativa de seu nascimento foi aumentada até um terror indescritível por rumores recorrentes e profecias do evento (Jones, 1971, p. 182).

Por isso é possível condenar o criminoso sexual não só por seus próprios atos, mas também pelas ilusões de gozo pleno que a comunidade inteira inconscientemente nutre. O criminoso pode assumir, como o diabo e o anticristo, o papel do aqui-rebelde, encarnando o paradoxal paradigma da revolução de um homem só.

A paulatina banalização histórica da monstruosidade, que resultou na figura oitocentista do perverso como um monstro cotidiano, teve ainda um importante marco na última das superstições medievais que Jones aborda: a crença em bruxas e bruxaria. Se por um lado estas crenças revelam a ambivalência em relação à mãe, que subjaz aos conflitos com o pai, por outro lado elas concernem “não seres imaginários, como as crenças em *Incubi*, Vampiros, Lobisomens e o Diabo faziam, mas seres humanos reais, vivos e sofredores” (Ibid., p. 190).

As bruxas exerciam seus poderes mágicos quase exclusivamente sobre a potência sexual e a fertilidade. Tinham a capacidade de causar esterilidade e abortos, e o faziam através de venenos; sua conotação materna hostil não pode revelar-se mais claramente do que em sua habilidade em “tornar o leite azedo” (Ibid., p. 193). O aspecto oral-sádico está presente em sua predileção por devorar bebês recém-nascidos. Aquém da castração, parece apontar, nas palavras de Rudge, para a ameaça de apagamento do sujeito, de morte psíquica que o incesto convoca por estar moldado como desejo materno de “reintegrar seu produto” (Rudge, 2005, p. 87).

Mas as bruxas tinham também, como a mãe enquanto primeiro objeto amoroso da criança, o poder de despertar o amor e a potência fálica,

freqüentemente através, mais uma vez, de líquidos ingeridos, as poções. Além disso, podiam conferir a si próprias e a outros o poder de voar, quando esfregavam óleos no corpo e num cajado ou vassoura. Jones não chega a mencionar a analogia com o efeito excitante exercido pelos cuidados maternos primários de higiene, mas fornece os elementos cruciais para esta interpretação: que a significação fálica das numerosas formas de “cajados mágicos” (Jones, op. cit., p. 206) é evidente; e que “o fenômeno da ereção é em ambos os sexos a semente da própria concepção do voar” (Ibid., p. 204).

Esta ambigüidade que a bruxa encarna, mãe a um só tempo sedutora e mortífera, refletia-se em sua aparência, que era ora a de uma mulher feia, velha e odiosa, ora a de uma jovem linda e encantadora (Ibid., p. 197). Mas em qualquer forma as bruxas tinham o curioso poder de “predizer eventos futuros e ver coisas que aconteciam à distância” (Ibid., p. 198), o que parece atestar a força fundadora que o discurso e o desejo da mãe exercem sobre o psiquismo do bebê.

Mas é em sua relação íntima com as perversões, justamente, que a bruxaria adquire seu caráter nefasto, torna-se uma epidemia em meados do século XV e passa a justificar as atrocidades da Inquisição: as bruxas eram acusadas não só de terem relações sexuais com o diabo – o que traduz o ciúme que a criança tem da relação entre seus pais – mas também de promoverem toda espécie de ato sexual proscrito por deus durante o *Sabbath*, que se dizia culminar em orgias incestuosas e uma série de práticas escatológicas que envolviam excrementos humanos, sangue menstrual e pedaços de animais. As descrições do *Sabbath* encontradas nos julgamentos de bruxas, que foram levados a cabo em inúmeras partes do mundo e às vezes até tão tarde quanto a segunda metade do século XIX (Ibid., p. 227), são predecessoras diretas dos estudos de caso de Krafft-Ebing: os processos consistiam em detalhar, diz Jones (Ibid., p. 229), os aspectos mais repelentes da sexualidade, servindo

para excitar e gratificar certas tendências humanas em suas formas mais rudes e brutas. Destas, as duas mais óbvias eram o sadismo e a curiosidade sexual. (...) Jühling salienta este ponto ainda mais severamente em conexão com a ânsia dos celibatários Inquisidores em despir, examinar e questionar suas vítimas; crianças de sete anos e mulheres de oitenta e cinco foram levadas a confessar ter fornicado com o Diabo, com todos os detalhes que acompanhavam o ato. Além disto, todo o procedimento era, como Roskoff mostrou claramente, usado extensivamente por

indivíduos para descarregar sua malignidade, ódio e inveja ao acusar falsamente seus rivais ou inimigos (Ibid., p. 226).

Além dos motivos políticos que a Igreja tinha para perseguir os dissidentes e punir práticas sexuais pagãs, outro grupo de motivos, pulsionais, era comum ao clero e ao povo: a inveja e a satisfação do ódio. Para abordarmos os pormenores destas moções pulsionais e seus efeitos na fantasia, passaremos a examinar os principais conceitos de Melanie Klein, que, além de dar à inveja uma atenção especial, enfatizou significativamente a importância da pulsão de morte, seus destinos e sua influência nas dinâmicas psíquicas mais primitivas.

5

Klein e a psicodinâmica primitiva

Uma das maiores contribuições de Melanie Klein à Psicanálise é a subdivisão que opera na fase oral, teorizada por Freud e Abraham, em uma posição depressiva e uma posição esquizo-paranóide mais arcaica. As posições, ao contrário do que sua derivação de um estágio do desenvolvimento possa sugerir, são configurações, estruturas ou padrões “de relações de objeto, [angústias]¹⁰ e defesas, que persistem durante toda a vida” (Segal, 1975, p. 11).

É sempre possível, pois, que uma pessoa oscile entre as duas posições, e lide com um ou outro problema que surja – o complexo de Édipo é o maior exemplo – “dentro de um padrão esquizo-paranóide ou de um padrão depressivo” (Ibid., p. 11). A neurose constrói-se como superestrutura, conjunto de defesas que recobrem “[angústias] paranóides e depressivas subjacentes” (Ibid., p. 11), conjunto que é erigido concomitantemente à integração do eu. Por mais que este último vincule-as e elabore-as, no entanto, “algumas [angústias] paranóides e depressivas permanecem constantemente ativas na personalidade” (Ibid., p. 11). Klein percebeu não só no brincar, mas em todas as atividades infantis, mesmo as mais orientadas a uma função realística, o ganho de “expressar, conter e canalizar a fantasia inconsciente” (Ibid., p. 20).

A teorização das posições é tardia em sua obra, e parece derivar, ao menos em parte, de uma importante constatação anterior: o arcaísmo da instância superegóica. A autora observou em seus analisandos, já durante o segundo ano de vida, um supereu severo, causa de pavor, com características pré-genitais (orais, uretrais, anais), um “objeto de fantasia interno” (Ibid., p. 15) surgido de introjeções sádico-orais e constituído por apoio em imagos não só paternas, mas primordialmente maternas. Este objeto pavoroso teve sua gradual e complexa construção acompanhada até seu último estágio, quando torna-se o supereu herdeiro do complexo de Édipo, que Freud caracterizara. Sua gênese será estendida até os processos de introjeção que formam sua base e datam do nascimento mesmo.

¹⁰ Conforme a tradição francesa, utilizarei ‘angústia’, ao invés de ‘ansiedade’, para traduzir o conceito freudiano de *Angst*.

Evidência concomitante e análoga à do arcaísmo superegótico refere-se à agressividade, cujo conflito com a libido mostrou-se muito mais intenso “nos estádios primitivos do desenvolvimento” (Ibid., p. 14): a destrutividade passou a ser tomada não só como causa primeira da angústia (em detrimento da causa libidinal), mas também das defesas mais arcaicas, entre elas a cisão¹¹ e a projeção, ativas antes que o recalque edípico opere.

Melanie Klein viu que crianças pequenas, incitadas pela [angústia], estavam constantemente tentando dividir (*split*) seus objetos e seus sentimentos, e tentando reter sentimentos bons e introjetar objetos bons, ao passo que expeliam objetos maus e projetavam sentimentos maus (Ibid., pp. 14-15).

É, assim, a cota de agressividade vinculada ao ato de mamar que produz o primeiro objeto parcial persecutório, que toma como protótipo e suporte o seio:

na fase oral-sádica, a criança ataca o seio de sua mãe e o incorpora, ao mesmo tempo como destruído e como destrutivo (...). Isso, segundo Melanie Klein, constitui a raiz primitiva do aspecto persecutório e sádico do [supereu] (Ibid., p. 15).

À medida que “os desejos e as fantasias da criança se estendem a todo o corpo de sua mãe” (Ibid., p. 15), movimento incitado pela frustração envolvida na intermitência do seio real – suas limitações em promover satisfação completa e definitiva –, os desejos passam a configurar-se em torno de “objetos fantasiados dentro do corpo da mãe” (Ibid., p. 16), desejos de escavá-los e devorá-los, ou de arrancá-los e destruí-los, conforme a predominância, respectivamente, de libido ou agressividade.

Através de uma espécie de reciprocidade primitiva, calcada na identificação¹², “estes ataques ao corpo da mãe conduzem a fantasias de se tratar de um lugar aterrador, cheio de objetos destruídos e vingativos” (Ibid., p. 16).

As angústias persecutórias eventualmente forçarão a criança a deslocar seu interesse da mãe para o resto do mundo a seu redor, para onde, no entanto, carregará as fantasias, atualizando-as. Este é o rudimento da formação de símbolos, para o qual é necessária uma quantidade ótima de angústia: se for

¹¹ Refiro-me ao conceito de *splitting*, também traduzido ocasionalmente por ‘divisão’.

¹² O aspecto econômico da reciprocidade primitiva é possivelmente o descompasso entre tais fantasias e o que é possível objetivamente, que promove a torção da pulsão sobre si mesma.

excessiva, instigará defesas mais radicais, como a negação do interesse pela mãe, que a partir disto não tem como ser simbolizado em outras relações.

Um exemplo deste deslocamento surge com a analidade, que introduz um novo símbolo para estas “imagos internas punitivas e terrificantes” (Ibid., p. 17) – as fezes – bem como atualiza o suporte das estratégias psíquicas para lidar com elas – retenção e ejeção. A retaliação fantasiada dos objetos desloca-se da fantasmagoria oral da violência para a fantasmagoria do envenenamento. Aqui Klein localiza o “ponto de fixação da paranóia” (Klein, 1996 [1930], p. 264).

Um dos suportes mais importantes de um deslocamento deste tipo é o objeto de desejo da mãe (tipicamente o pai), à medida que a criança vai sendo emancipada do corpo materno e à medida que a mãe vai sendo percebida como faltosa. A partir desta emancipação a projeção da agressividade da criança pode dar origem à “experiência da cena primária como um acontecimento sádico e terrificante” (Segal, loc. cit.).

É quando as “figuras más” (Ibid., p. 17) se engancham nos pais como casal que elas começam a apresentar as feições do supereu edípico: é, aliás, a partir disto que se desenvolve o complexo, cujos estágios iniciais Klein localiza em um período bem anterior ao indicado por Freud, um período ainda dominado pelo sadismo oral, tão precoce quanto o “segundo trimestre do primeiro ano de vida” (Klein, 1991 [1958], p. 273).

O desejo erótico pela mãe ou pelo pai não basta para explicar o desespero com que a criança os procura: ocorre que suas pessoas reais são sempre bem menos terríveis que suas representações psíquicas sádico-orais. Por mais negligentes ou mesmo cruéis que os cuidadores reais possam ser, eles nunca poderão competir com o horror proveniente da pura pulsionalidade de morte da criança, que tinge seus representantes psíquicos. São, no mínimo, minimamente intermitentes, posto que externos. O contato com pessoas reais, quaisquer que sejam, permite que o bebê teste seu mundo interno através das evidências oriundas do mundo externo.

Ao serem internalizados, os acontecimentos, as pessoas, as coisas e as situações (...) tornam-se inacessíveis à observação e juízo preciso da criança, não podendo ser verificados pelos meios de percepção disponíveis em relação ao mundo tangível dos objetos. As dúvidas, incertezas e [angústias] que surgem como consequência

disso agem como incentivo contínuo para que a criança pequena observe e se certifique do mundo externo dos objetos que dá origem a esse mundo interno (Id., 1996 [1940], p. 389).

Portanto, ao lado do ciúme conseqüente da ancoragem libidinal na mãe – ancoragem que Freud valorizara e que aparece em Klein também como intenção de reparar na realidade o “dano feito em fantasia” (Segal, 1975, p. 18) – há, na origem do complexo, uma espécie de anseio por um rival objetivo, mais realista. Klein (1996 [1929a], p. 245) aproxima este anseio da idéia de necessidade de punição, que Freud (1996 [1924b]) substituíra à noção mais nebulosa de um sentimento de culpa inconsciente, que por sua vez servira anteriormente (Id., 1996 [1916]) de hipótese para explicar a motivação para o crime. Se este é um motivo importante no estabelecimento do complexo de Édipo, segue-se que “o [supereu] não apenas precede o complexo de Édipo, mas também promove seu desenvolvimento” (Segal, loc. cit.).

5.1

Sobre a natureza da fantasia

A fronteira entre fantasia e realidade é fluida na análise kleiniana da vida primitiva; a fantasia inconsciente “está constantemente influenciando e alterando a percepção ou a interpretação da realidade” (Segal, 1975, p. 25) desde tão cedo quanto o nascimento, mesmo que de forma rudimentar e “grosseira” (Ibid., p. 24).

A fantasia é entendida como expressão da ação mesma das pulsões de vida e morte; um índice da influência das pulsões sobre a percepção. Assim, seu tradicional caráter de fuga da realidade torna-se secundário a “um constante e inevitável acompanhamento de experiências reais, com as quais está em constante interação” (Ibid., p. 25).

A percepção da criança pequena acerca da realidade externa e dos objetos externos é continuamente influenciada e colorida por suas fantasias, e isso em certa medida continua ocorrendo pela vida afora. As experiências externas que despertam [angústia] ativam, de imediato, mesmo em pessoas normais, [angústias] provenientes de fontes intrapsíquicas (Klein, 1991 [1948], p. 61).

A fantasia pode agir, por exemplo, na determinação do “tipo de sequência causal atribuída aos acontecimentos” (Segal, 1975, p. 25), que de outro modo

podem ter sido observados com a maior acuidade. Mas, mais do que isso, ao menos nos estágios primitivos do desenvolvimento, a fantasia nem mesmo constitui um domínio separado da experiência de realidade; de fato, “os objetos fantasiados e a satisfação deles derivada são experimentados como acontecimentos físicos” (Ibid., p. 24). Um bebê faminto que esperneia e grita pode experimentar o desconforto e a dor causados por sua própria agitação “como um ataque persecutório ao seu interior” (Ibid., p. 24), promovido por um objeto vingativo.

Esta hipótese lança luz sobre alguns comportamentos dos bebês que são incompreensíveis de um ponto de vista adaptativo, como a recusa em mamar por parte de um bebê “faminto e furioso” (Ibid., p. 25):

Nesse caso, o bebê pode ter tido a fantasia de ter atacado e destruído o seio, e sente que ele se tornou mau e que o está atacando. Portanto, o seio externo verdadeiro, quando volta a alimentar o bebê, não é sentido como um bom seio que alimenta, mas é deformado por essas fantasias em um perseguidor terrificante (Ibid., p. 25).

As frustrações e a ação constante da pulsão de morte, a dor, o desconforto e o sofrimento, para serem afastados, passam a orbitar, ou mesmo constituir objetos internos específicos, que assim ajudam a contê-los. Estes objetos não são estáticos nem definitivos: estão sujeitos às modificações promovidas por um constante movimento de projeção e introjeção, reprojeção e reintrojeção. É assim que um objeto cindido, pura frustração, pode atualizar-se no seio externo provedor e causar uma paradoxal recusa alimentar.

Se o seio passa a encarnar alternadamente o objeto de satisfação e o de frustração, este último modo de atualização de objetos internos será também sobredeterminado pela projeção da própria ação interna da pulsão de morte, o que equivale a dizer que a fantasia, em seu aspecto defensivo, se mobiliza principalmente contra uma ameaça interna. A fuga mais importante que promove é a da realidade interna, “de sua própria fome e raiva” (Ibid., p. 27).

A ameaça da ação da pulsão de morte está colocada desde o início da vida: o risco de que o bebê seja “inundado pelos seus impulsos autodestrutivos” (Klein, 1991 [1958], p. 272) está presente desde seu nascimento. Por isso Klein concebe um eu originário, bastante precoce, nascido das mais primordiais introjeções de “algo vitalizador” (Ibid., p. 272), que é imediatamente posto em ação pela pulsão

de vida para, através da formação da fantasia, sua função primordial, defletir a pulsão de morte, num duplo movimento:

Parte da pulsão de morte é projetada dentro do objeto, tornando-se este, portanto, um perseguidor; ao passo que aquela parte da pulsão de morte que é retida no [eu] faz com que a agressão se volte contra aquele objeto persecutório (Ibid., p. 272, nota 5).

A fantasia é, então, tão inevitável quanto a ação constante da pulsão de morte, e irá transfigurar, em graus variados, toda e qualquer situação de perigo que se apresente desde o exterior.

Se o perigo externo é, desde o início, vinculado ao perigo interno proveniente da pulsão de morte, nenhuma situação de perigo surgida de fontes externas poderá jamais ser vivenciada pelo bebezinho como um perigo puramente externo e conhecido. Porém, não é só o bebê que não consegue fazer uma diferenciação tão clara: em certa medida, a interação entre situações externas e internas de perigo persiste a vida inteira (Id., 1991 [1948], p. 60).

Dada esta interação constante e inevitável entre fantasia e realidade, é impossível demarcar nitidamente a distinção entre uma angústia realística e uma neurótica, mas Klein destaca dois possíveis índices do quanto os processos internos estão influenciando a percepção em uma dada situação: o “aumento da negação da realidade psíquica” e, como Freud indicara, a “intensidade dos afetos” (Id., 1996 [1940], p. 408, nota 1), em sua desproporção em relação à situação objetiva.

5.2

A posição esquizo-paranóide

A posição esquizo-paranóide é caracterizada por um tipo parcial de relação objetal. Isso pelo fato “de as crianças não tomarem conhecimento das “pessoas”, mantendo relacionamentos com objetos parciais” (Segal, 1975, p. 10). É o modo de funcionamento que produz os objetos mais fantásticos, mais “deformados pelo que neles foi projetado” (Ibid., p. 31). Os mecanismos principais que atuam neste contexto são a cisão (do eu e dos objetos em bons e maus, fundamentalmente), a introjeção e a projeção.

A cisão é seguida da projeção do que é mau: é a parte do movimento de deflexão que transforma a angústia original diante da pulsão de morte no medo de um perseguidor. Concomitantemente, o que é bom constitui o objeto ideal, no anseio por algo que salve o *self*¹³ de sua própria destrutividade: “assim também a libido é projetada, a fim de criar um objeto que irá satisfazer o esforço instintivo do [eu] pela preservação da vida” (Ibid., p. 37).

O aspecto paranóide da posição decorre de seu teor atributivo: as experiências, cindidas em boas e más, são organizadas pela atribuição de suas causas a objetos externos ou internos. Assim, a impessoalidade de uma falta de gratificação, por exemplo, pode tornar-se “ameaça de aniquilação por perseguidores” (Ibid., p. 38), uma situação com a qual o eu primitivo pode tentar lidar. Experiências más atribuídas a objetos internos, por sua vez, produzem “temores de natureza hipocondríaca” (Ibid., p. 38).

Já o aspecto esquizóide decorre da proeminência da cisão: os objetos perseguidores e os ideais são “afastados o máximo possível uns dos outros, mantendo-os também sob controle” (Ibid., p. 38), o que alivia a angústia, numa “segurança relativa e temporária” (Klein, 1991 [1952], p. 95). A angústia que mantém e renova o esforço esquizóide é a de uma indiferenciação aniquiladora, dissolutiva do eu, que é sentida como uma invasão deste pelos objetos maus.

Klein indica que, se para Freud o perigo originário é a perda de amor, para ela isto deriva do medo de retaliação dos objetos maus, que por sua vez traduz o medo da dissolução do eu primitivo, ainda pouco integrado e mal delimitado, que seria provocada por tal retorno avassalador daquilo que foi expulso (Id., 1996 [1929a], pp. 243-244). Isto decorre do quanto este eu primitivo depende da cisão, que, aliás, o criou: “é ela que permite ao [eu] emergir do caos e ordenar suas experiências” (Segal, op. cit., p. 47).

Este eu primitivo, de fronteiras ainda imprecisas, frágil e constantemente ameaçado, nos faz repensar o tom das vivências durante o narcisismo primário. Nas palavras de Kristeva,

¹³ Utilizo, como Klein, o termo *self* para denotar o conjunto das três instâncias psíquicas: isso, eu e supereu; ou seja, a vida psíquica como um todo.

A relação arcaica com a mãe, ainda que narcisista, não é, sob meu ponto-de-vista, de nenhum consolo para os protagonistas e menos ainda para Narciso. [...] A imagem edênica do narcisismo primário talvez seja uma negação defensiva elaborada pelo sujeito neurótico quando se coloca sob a égide do pai¹⁴ (Kristeva, 1982, p. 63).

Muito ao contrário de um Éden, o lugar que o narcisismo primário, “carregado de hostilidade” (Ibid., p. 60), marca para toda a vida do sujeito é aquela borda da subjetivação onde “o vacilante, fascinante, ameaçador e perigoso objeto é esboçado como não-ser – como a abjeção na qual o ser falante é permanentemente engolfado” (Ibid., p. 67).

Talvez o mais importante conceito kleiniano referente à posição esquizo-paranóide seja o de identificação projetiva. Trata-se de uma modalidade de projeção concomitante à identificação entre o eu e o objeto alvo da projeção. Na identificação projetiva o objeto continua investido narcisicamente, perdendo muito de sua alteridade e autonomia em relação ao *self*. Ele “se torna possuído e controlado pelas partes projetadas, identificando-se com elas” (Segal, 1975, p. 39).

A identificação projetiva traduz essencialmente uma ânsia por controle ou domínio das relações objetais, seja para evitar a separação de objetos ideais ou mantê-los a salvo de ameaças internas, seja para controlar fontes de perigo, mantê-las à distância ou investir a agressividade contra elas.

Junto com os excrementos nocivos, expelidos com ódio, partes excindidas¹⁵ do [eu] são também projetadas na mãe, ou como prefiro dizer, *para dentro* da mãe. Esses excrementos e essas partes más do *self* são usados não apenas para danificar, mas também para controlar e tomar posse do objeto. Na medida em que a mãe passa a conter as partes más do *self*, ela não é sentida como um indivíduo separado, e sim como sendo o *self* mau (Klein, 1991 [1946], p. 27).

Este mecanismo não só persiste depois da relativa superação da posição esquizo-paranóide, como “em geral se intensifica quando a mãe é percebida como um objeto total” (Segal, 1975, p. 39). Nesta progressão de intensidade, os objetos inicialmente são sentidos como contendo as partes projetadas, em seguida como

¹⁴ Tradução minha do original em inglês, como as citações que seguem.

¹⁵ ‘Excisão’ é o termo usado pela Comissão Editorial Brasileira das obras de Klein para traduzir ‘*splitting off*’, que segundo esta Comissão “refere-se à cisão imediatamente seguida da projeção do aspecto cindido” (Klein, 1991, p. 13).

sendo por elas controlados, e finalmente tornam-se totalmente identificados com elas.

As novas formas de angústia decorrentes do uso da identificação projetiva também dizem respeito ao controle, ou melhor, à sua perda. A projeção maciça de partes boas do *self* produz a angústia “de ter partes de si mesmo aprisionadas e controladas pelo objeto no qual foram projetadas” (Ibid., p. 42), e “um sentimento de ter sido roubado dessas partes boas e de ser controlado por outros objetos” (Ibid., p. 42). Efeitos colaterais disto são o ressentimento e a inveja das pessoas “que são sentidas como contendo a “bondade” perdida” (Klein, 1991 [1955], p. 201, nota 26).

De forma análoga, a projeção maciça de agressividade produz uma sensação de fraqueza, de um eu esvaziado e indefeso diante de suas próprias partes más projetadas:

A excessiva excisão e a excessiva expulsão de partes suas para o mundo externo debilitam consideravelmente o [eu]. Isso porque o componente agressivo dos sentimentos e da personalidade está intimamente ligado na mente com poder, potência, força, conhecimento e muitas outras qualidades desejadas (Id., 1991 [1946], p. 27).

A fantasia que orbita a identificação projetiva é a de invasão e controle do objeto por partes de si. A ameaça de reciprocidade, que aparece na forma como é sentida a reintrojeção destes objetos, configura-se então “como uma irrupção violenta do exterior no interior” (Ibid., p. 30), e expressa-se no “medo de que não apenas o corpo, mas também a mente, seja controlado por outras pessoas” (Ibid., p. 30).

Há uma gradação na intensidade e frequência das defesas primitivas, e também nas angústias às quais respondem; “um bebê não passa a maior parte de seu tempo em estado de [angústia]” (Segal, op. cit., p. 46). No entanto, os períodos de angústia e o desenvolvimento das defesas que formam o núcleo da posição esquizo-paranóide “são parte normal do desenvolvimento humano” (Ibid., p. 46). Se a cisão não fosse mobilizada em reação a estas angústias arcaicas, o indivíduo adulto não teria qualquer capacidade discriminatória ou analítica; da mesma forma, a excisão e a angústia persecutória que origina são precondições para que “se seja capaz de reconhecer, apreciar e reagir a situações verdadeiras de

perigo em condições externas” (Ibid., p. 48). A identificação projetiva, por sua vez, é a “forma mais primitiva de empatia” (Ibid., p. 48), e fornece a base da formação de símbolos e, portanto, da sublimação.

O corolário do fato de que essas defesas primárias persistem, evoluindo, durante toda a vida é a persistência também de seus produtos:

Embora na criança mais velha e no adulto essas [angústias] sejam modificadas, tomem outra forma, sejam evitadas por defesas mais fortes – e, portanto, sejam também menos acessíveis à análise do que na criança pequena –, quando nós penetramos em camadas mais profundas do inconsciente descobrimos que figuras perigosas e persecutórias ainda coexistem com figuras idealizadas (Klein, 1991 [1958], p. 276).

Mesmo sob condições favoráveis de desenvolvimento progressivo, o advento de uma pressão interna ou externa extrema pode despertar “as figuras aterrorizantes das camadas profundas do inconsciente” (Ibid., p. 277). Em algumas pessoas – neuróticas ou, mais ainda, psicóticas – “a luta contra tais perigos, que ameaçam a partir das camadas profundas do inconsciente, é, até certo ponto, constante e faz parte de sua instabilidade ou de sua doença” (Ibid., p. 277). Nestas situações de pressão e nestes casos patológicos, a regressão aos mais primitivos mecanismos de defesa se expressa através de, entre outras coisas, prejuízos à objetividade dos juízos (Segal, op. cit., p. 47) e aumento da intensidade do ódio dirigido contra outras pessoas (Klein, 1991 [1946], p. 27).

5.3

Inveja

Na teorização kleiniana a inveja, que em Freud aparece principalmente no contexto fálico como inveja do pênis e relaciona-se a uma posição feminina, será também retrçada a um contexto primitivo: operante desde o nascimento, configura-se primeiramente como inveja do seio. Se, como vimos, a fantasia é um índice da ação das pulsões, a inveja é um índice da frustração decorrente de sua insaciabilidade.

A inveja precede o ciúme e as dinâmicas triangulares: “é uma relação de duas partes (...) experimentada essencialmente em termos de objetos parciais”

(Segal, 1975, p. 52). Surgida da admiração primitiva pelo objeto bom, é uma reação à sua intermitência:

A inveja surge logo que o bebê se dá conta do seio como fonte de vida e de experiência boa: a gratificação real que ele experimenta no seio, reforçada pela idealização – tão poderosa na tenra infância –, faz com que sinta que o seio é a fonte de todos os confortos, físicos e mentais, reservatório inesgotável de alimento e calor, amor, compreensão e sabedoria. A bem-aventurada experiência de satisfação que esse maravilhoso objeto pode dar, aumentará seu amor e seu desejo de possuí-lo, preservá-lo e protegê-lo; a mesma experiência, porém, também desperta no bebê o desejo de ele próprio ser a fonte de tal perfeição (Ibid., p. 52).

Quando isto é sentido como impossível, a penosa constatação desta distância entre o eu e o objeto bom produz “ressentimentos inevitáveis” (Klein, 1991 [1957], p. 211) e suscita uma exteriorização da pulsão de morte em direção a este objeto, visando “danificar a bondade do objeto, para remover a fonte de sentimentos invejosos” (Segal, loc. cit.).

A inveja interfere, portanto, no mecanismo de cisão, tornando o objeto bom um perseguidor “mesquinho e malevolente” (Klein, op. cit., p. 215): o bebê “sente que a gratificação de que foi privado foi guardada, para uso próprio, pelo seio que o frustrou” (Ibid., p. 212).

No entanto, longe de facilitar a integração ou a desparcialização dos objetos, o que depende do declínio das projeções, a inveja torna o objeto ambíguo, um aglomerado de projeções do que é bom e do que é mau. Forma-se um círculo vicioso, não só porque torna-se inviável a introjeção e assimilação de um objeto puramente bom – o que diminuiria a distância entre o eu e este objeto, diminuindo assim a inveja – mas também porque uma das defesas contra a confusão objetal instaurada pela inveja é a intensificação da cisão, que diante da resistência de uma inveja excessiva só consegue passar a produzir objetos extremamente idealizados e objetos extremamente maus, que não obstante continuam mesclados num único veículo de projeções, um objeto composto cada vez mais ambíguo.

As outras estratégias para lidar com a inveja, listadas por Klein, atestam o quanto ela influencia o desenvolvimento, normal ou patológico. O impasse que instaura provoca, por exemplo, a voracidade, que visa contrabalançar a inveja, essencialmente projetiva, com introjeções destrutivas; a “*desvalorização do self*” (Ibid., p. 250), típica na posição depressiva, que prenuncia as formas de

masoquismo moral; e o “*fugir da mãe para outras pessoas*” (Ibid., p. 249), que inaugura as relações triangulares.

Um destes métodos, ligado à negação, é a desvalorização do objeto: “o objeto que foi desvalorizado não precisa mais ser invejado” (Ibid., p. 249). Esta defesa trabalha pela negação da idealização, produzindo ingratidão e desprezo. O próprio ataque ao objeto inicialmente bom já é uma estratégia mais ativa, quase aloplástica, deste tipo, pois “um objeto danificado não suscita inveja” (Segal, 1975, p. 57).

Outro método importante é a excisão da própria inveja, sua projeção no objeto, o que reverte a situação na fantasia ao custo da intensificação do sentimento de perseguição, reforçando especificamente o sentimento de estar sendo roubado, de outro modo típico, como vimos, de determinada modalidade de identificação projetiva. Esta defesa contribui para a fantasmagoria de um mundo externo hostil e, internamente, para o estabelecimento de um supereu invejoso, “sentido como perturbando e aniquilando todas as tentativas de reparar e de criar” (Klein, op. cit., p. 263).

Assim como a posição esquizo-paranóide como um todo, a inveja é inevitável. De fato, permanece um estigma das relações objetais, em graus variados de intensidade, durante toda a vida. A inveja é consequência de uma insatisfação que é constitutiva, da impossibilidade de plenitude. Decorre do anseio de eliminação da tensão que a pulsionalidade instaura, indissociável da vida mesma. O seio, portanto, é veículo de uma frustração mais fundamental, que o ultrapassa enquanto objeto físico nutridor:

Não presumiria que, para ele [o bebê], o seio seja simplesmente um objeto físico. A totalidade de seus desejos instintivos e de suas fantasias inconscientes imbui o seio de qualidades que vão muito além da nutrição real que ele propicia. Vemos na análise de nossos pacientes que o seio em seu aspecto bom é o protótipo da “bondade” materna, de paciência e generosidade inexauríveis (Ibid., p. 211).

A autora acrescenta, em uma nota, que a bondade do objeto, na verdade, é sentida pelo bebê “de um modo muito mais primitivo do que o que a linguagem pode expressar” (Ibid., p. 211, nota 3). As frustrações que se seguem a tal idealização impelem o deslocamento da inveja para outros representantes do que tentamos nomear como plenitude, sendo o falo o mais notável deles por instaurar

a situação edipiana clássica: “a inveja do seio da mãe é deslocada para o pênis do pai” (Segal, 1975, p. 64), onde o que é admirado e invejado toma a forma de força, poder ou potência.

Numa tenra idade, a criança pequena – particularmente o menino – admira não somente a bondade mas também o poder e a crueldade, e atribui essas qualidades ao pai potente, com quem se identifica mas que ao mesmo tempo teme (Klein, 1991 [1963], p. 322).

O Complexo de Édipo é um esforço de distribuição dos sentimentos hostis e uma tentativa de arranjo egossintônico da inveja originalmente destinada ao objeto primário, agora deslocada para um objeto que se constitui doravante como o rival, e cujos veículos típicos são o pai e os irmãos. É na relação com o rival, então, que as marcas de uma inveja excessiva atualizam-se. Transparecem, por exemplo, nos “desejos de castrar” (Id., 1991 [1957], p. 230), ou no quanto o objeto de desejo perde seu valor intrínseco e passa a ser desejável simplesmente por ser uma posse do rival.

5.4

A posição depressiva e as defesas maníacas

Muitos dos mecanismos que vimos analisando são arrefecidos e modificados pelo processo de integração objetal que, por volta dos seis meses de vida, instaura uma outra posição, a depressiva. Este processo de desparcialização das relações produz objetos totais, diferentes dos objetos compósitos resultantes da inveja excessiva e das defesas contra ela.

Quando o bebê reconhece sua mãe, isso significa que agora ele a percebe como um objeto total. (...) o bebê se relaciona cada vez mais não apenas com o seio, mãos, face, olhos da mãe, como objetos separados, mas com ela própria como uma pessoa total, que às vezes pode ser boa, às vezes má, presente ou ausente, e que pode ser tanto amada como odiada. Ele começa a ver que suas experiências boas e más não procedem de um seio ou mãe bons ou maus, mas da mesma mãe que é igualmente fonte do que é bom e do que é mau (Segal, 1975, p. 81).

Esta integração – promovida pela pulsão de vida e cuja força, para Klein, depende, em última instância, de variáveis constitucionais – tem algumas conseqüências importantes.

As pulsões são agora dirigidas não só ao mesmo objeto, mas a um objeto desparcializado, complexo e razoavelmente constante, cuja natureza flutua menos ao sabor dos investimentos. Há um estreitamento da relação do eu com a realidade, o que inibe as projeções e consequentes deformações de percepção.

O declínio da projeção da pulsão de morte, por sua vez, diminui “o poder atribuído ao objeto mau” (Ibid., p. 80) e aumenta conseqüentemente a força do eu, “menos empobrecido pela projeção” (Ibid., p. 80). Esta força promove um aumento de “tolerância do bebê em relação [à pulsão] de morte dentro de si mesmo” (Ibid., p. 80) e diminui as angústias paranóides, o que é reforçado pelo estabelecimento do objeto bom dentro do eu que vinha se consolidando durante a posição esquizo-paranóide por meio de introjeções.

A angústia de aniquilação diminui, mas é substituída por um tipo de desespero até então pouco vivenciado: “a culpa, uma experiência depressiva característica que surge do sentimento de ter perdido o objeto bom através da própria destrutividade” (Ibid., p. 83). A culpa surge, por um lado, do declínio da projeção – ou seja, do reconhecimento de sua própria agressividade por parte do bebê – e, por outro lado, da desparcialização do objeto – ou seja, do reconhecimento de que o alvo da agressão é também amado e bom.

Escreve Klein: “considero a essência da culpa o sentimento de que o dano feito ao objeto amado é causado pelos impulsos agressivos do próprio indivíduo” (Klein, 1991 [1948], p. 57). É neste contexto que se pode propriamente falar em ambivalência, no que ela difere da ambigüidade paranóide suscitada por um objeto compósito. A ambivalência, “afinal, diz respeito às relações de objeto, isto é, a objetos totais e reais” (Id., 1996 [1935], p. 328). Sendo “em parte uma garantia contra o ódio da própria criança” (Ibid., p. 328), a ambivalência traduz um conflito que só se estabelece diante de um objeto total, que precise ser protegido do ódio.

Por fim, a integração modifica também o caráter do supereu, cujas raízes até então consistiam em um aglomerado de introjeções de objetos persecutórios ou idealizados, sendo estes últimos muitas vezes também persecutórios, “por causa das altas exigências de perfeição” (Segal, 1975, p. 87) que deles emanam como efeito da inveja. A fusão pulsional possibilitada pela desparcialização age sobre o

supereu da mesma forma que age sobre os objetos externos, e o resultado é que o supereu “perde alguns de seus aspectos monstruosos” (Ibid., p. 87).

Dificuldades constitucionais ou ambientais no estabelecimento da posição depressiva podem promover uma regressão à posição esquizo-paranóide e suas angústias e defesas típicas. Neste caso, o eu

é espreitado por constante [angústia] de perda total das situações internas boas, é empobrecido e enfraquecido, sua relação com a realidade pode ser tênue, e há um terror perpétuo e algumas vezes uma verdadeira ameaça de regressão à psicose (Ibid., p. 93)

Dificuldades na elaboração da posição depressiva promovem ainda a organização de defesas maníacas, que são particularmente relevantes a nossa investigação por reutilizarem mecanismos tipicamente esquizo-paranóides para lidar com as novas angústias oriundas da ambivalência e da culpa: em especial a cisão e a identificação projetiva, fundamentos da gênese dos objetos maus e dos objetos ambíguos.

Controle, triunfo e desprezo formam a tríade de sentimentos característicos de uma relação maníaca com os objetos. O controle é uma maneira de inverter a ameaçadora dependência em relação ao objeto: “um objeto que é totalmente controlado, é, até certo ponto, um objeto com o qual se pode contar” (Ibid., p. 96). O controle nega a dependência ao mesmo tempo em que satisfaz a necessidade de um objeto sempre presente. A hiperatividade nos estados maníacos é expressão deste esforço de controle e domínio de todos os seus objetos (Klein, 1996 [1935], p. 319), uma espécie de esforço em ser onipresente.

O triunfo é expressão de onipotência e inveja. Derrotar o objeto mau, aspecto do objeto primário novamente cindido, satisfaz a necessidade de atacá-lo sem despertar angústias depressivas, além de negar concretamente a potência que lhe era atribuída, destinando-a, aliás, ao eu. Num complexo esforço de evitar angústias paranóides, o triunfo congrega a gratificação sádica e o domínio do objeto: o desejo não é mais simplesmente de destruir o objeto mau, mas “de dominá-lo e humilhá-lo, de sobrepujá-lo” (Id., 1996 [1940], p. 394).

O desprezo, enfim, é a negação da estima, também uma defesa contra a perda e a culpa que depende da re-intensificação da cisão: “o objeto de desprezo

não é objeto digno de culpa, e o desprezo experimentado em relação a este objeto se torna uma justificação para outros ataques contra ele” (Segal, 1975, p. 97).

Assim como o funcionamento esquizo-paranóide, a mania instaura um círculo vicioso. As negações e inversões que promove estão em função da “constante necessidade de renovar o ataque ao objeto original” (Ibid., p. 103). Estes ataques aos substitutos do objeto primário, mais ou menos reparcializados, só aumentam a culpa potencial, pois permanece o fato de que os objetos amados, “nas profundezas da mente são os mesmos sobre os quais o indivíduo triunfa” (Klein, op. cit., p. 395), do que depende, aliás, a eficácia do triunfo como defesa contra a angústia. Esta culpa suprimida, para continuar sendo evitada, exigirá a intensificação das defesas maníacas: “um controle mais violento dos objetos” (Ibid., p. 395) e a incessante repetição do triunfo sobre os substitutos do objeto primário novamente cindido. Mas evitar a culpa e o luto é evitar também a possibilidade de que entre em ação algum tipo de moção reparatória, que poderia lentamente instaurar uma diferença na direção do desenvolvimento.

Os objetos maus na configuração de defesas

O que Klein nos permite fazer é entender parte do desenvolvimento psíquico, do nascimento ao que se convence chamar maturidade, como um esforço permanente e progressivamente mais complexo para lidar com a pulsão de morte, um esforço que tem efeitos importantes – se não for, mais que isso, sua força motriz – no nascimento do conceito científico de perversão, perpassado, como vimos, pelo âmbito da perversidade.

A descrição mais precisa do mecanismo básico que atravessa todos os esforços para se haver com a pulsão de morte é dada por Klein (1996 [1929b]), em termos da segunda tópica freudiana, durante uma discussão de seu caso Erna: o compromisso que a menina conseguia estabelecer entre um isso sádico e um supereu severo, que protegia ainda o eu da ação da pulsão de morte, dependia da eleição de um inimigo externo comum através do uso da projeção e do deslocamento.

Quando Erna desempenhava o papel da mãe cruel, a criança malcomportada era o inimigo; quando ela própria era a criança perseguida, mas que logo se tornava poderosa, o inimigo era representado pelos pais malvados (...). De acordo com esse “contrato”, o [supereu] deveria agir contra o inimigo como se estivesse lutando contra o [isso]. No entanto, o [isso] continuava a buscar em segredo sua gratificação predominantemente sádica, voltada para os objetos primários (...). Esse pacto entre as duas forças pode ser relativamente bem-sucedido em casos menos extremos: ele pode passar despercebido pelo mundo externo e não provocar o surgimento de nenhuma doença (Ibid., p. 230).

Freud havia indicado que a missão da libido é tornar inócua a pulsão de morte, o que consegue fazer “desviando [a pulsão], em grande parte, para fora (...) no sentido de objetos do mundo externo” (Freud, 1996 [1924b], p. 181).

Para Klein tal contrato é também uma tentativa destrutiva de recuperação, de cura da cisão “através do aniquilamento das partes excindidas do [eu]” (Klein, 1991 [1946], p. 43).

Klein, assim como Freud, estava ciente das conseqüências sociais de tal pacto. À medida que o sujeito amplia suas relações com o mundo externo, objetos de ódio mais convenientes se apresentam. Isso se aplica principalmente

a pessoas reais bastante afastadas do indivíduo, como líderes políticos do partido opositor. É mais seguro odiar essas pessoas, que são irreais ou distantes, do que odiar aqueles que estão mais perto – mais seguro para elas e para o próprio indivíduo (Id., 1996 [1937], pp. 370-371).

Ela cita inclusive, como vazão do ódio, especificamente o “trabalho dos advogados”: “combater determinados oponentes, mas de uma forma que é permitida e considerada útil” (Ibid., p. 353, nota 1).

Mas talvez tenha sido Joan Riviere, assistente de Klein e uma de suas principais colaboradoras, quem descreveu de forma mais precisa as conseqüências sociais do pacto:

Dividimos as pessoas em “boas” e “más” – de algumas gostamos e amamos, outras detestamos ou odiamos; procuramos, então, isolar e *localizar* esses sentimentos, evitando que uns interfiram nos outros. Essa saída também nos habilita a obter *prazer*, gratificando nossos sentimentos agressivos, sem, assim esperamos, incorrer em qualquer dano correspondente para nós mesmos. Proporcionamo-nos, destarte, objetos que podemos a salvo transformar em alvos para nossa agressividade e ódio, tal como em nossa casa arranjamos compartimentos e receptáculos que podem receber com segurança os excrementos repugnantes ou maléficos de nosso corpo. Ambos são processos típicos, um psicológico e o outro físico, pelos quais procuramos conservar, em certa medida, a vida, a saúde e a sanidade de nós mesmos e daqueles a quem amamos e de quem dependemos para nossa existência e nossos prazeres. Então, podemos soltar nossa hostilidade e nosso ódio contra esses locais empestados que nós mesmos fizemos ou ajudamos a criar (Riviere, 1965, pp. 22-23).

A base deste processo é projetiva, o que não impede que seja sobredeterminado por mecanismos posteriores.

Em todas essas situações onde é empregada a projeção, e onde os outros são encarados como maus em vez do próprio, está claro que o vilão da peça, o rival ou quem quer que sirva de recipiente para os nossos aspectos perigosos e indesejados na realidade converte-se inconscientemente para nós na parte má de nós mesmos, a “duplicata” daquela nossa parte (...). Uma vez visto o mal em outrem, torna-se possível e pode parecer imprescindível desencadearmos a agressividade acumulada contra essa pessoa. Nisto, aparece o grande papel exercido na vida pela condenação, crítica e denúncia de outros, e pela intolerância em geral. O que não podemos tolerar em nós mesmos provavelmente não toleraremos em outros. Ao condenar assim os outros, podemos alcançar gratificação, também, tanto diretamente ao descarregar nossos impulsos agressivos quanto da comprovação obtida de que nós nos conformamos e defendemos os padrões da retidão e da perfeição. A indignação virtuosa talvez seja um dos prazeres agressivos mais cruéis e vingativos (Ibid., p. 45).

Com os recursos que Klein nos forneceu, os de um eu e um supereu bastante primitivos, podemos pensar neste pacto destrutivo como a fantasia que influencia o surgimento de qualquer inimizade: trata-se, no fundo, da manobra de deslocamento do objeto mau de dentro da mãe para um objeto distante e sacrificável, o mesmo mecanismo de evitação da ambivalência que nos primórdios instaura a situação edipiana, e que veio a promover no século XIX a ambiguidade do ridículo e monstruoso perverso oitocentista.

6.1

Gênese do supereu e dos objetos maus

A causa primordial de angústia e, portanto, primeiro motor do desenvolvimento psíquico é a ação da pulsão de morte. O eu incipiente que se constitui graças à ação da pulsão de vida nasce como deflexão de parte da pulsão de morte, e da manutenção desta deflexão depende sua existência. Disto decorrem as projeções, os primeiros rudimentos do fantasiar. O alvo imediato das projeções é o objeto primário, o seio, que se torna, neste caso específico (projeção da ação da pulsão de morte), mau e devorador; uma ameaça agora externa, segundo a fantasia, o que já alivia a angústia.

A inevitável reintrojeção deste seio mau – talvez causada pela intermitência do objeto externo real¹⁶ – forma, junto com o seio bom, “o núcleo do [supereu]” (Klein, 1991 [1948], p. 53). Sendo o seio mau representante da ação da pulsão de morte e protótipo “dos perseguidores internos e externos” (Ibid., p. 53), segue-se que “desde o início o medo da morte se imiscui no medo ao [supereu]” (Ibid., p. 51), que, vale dizer, tem inicialmente apenas “componentes maternos” (Id., 1996 [1945], p. 461): “o seio internalizado com ódio, e portanto sentido como sendo destrutivo, torna-se o protótipo de todos os objetos internos maus, leva o [eu] a novas cisões e torna-se o representante interno da pulsão de morte” (Id., 1991 [1955], p. 174).

¹⁶ Klein sugere que estes processos – projeção e reintrojeção – podem ser simultâneos, e não consecutivos (Klein, 1991 [1948], pp. 52-53). Neste caso a reintrojeção seria causada pela própria projeção, sendo, digamos, o outro lado da mesma moeda.

O supereu é ambíguo não só por conter aspectos bons e maus, mas também por ser, ao mesmo tempo, um objeto nascido do eu (da cisão que a reintrojeção do objeto mau para dentro do eu provoca), ou seja, um objeto interno que é parte do eu e com o qual este se identifica; e, por outro lado, ser constituído pelo que há de mais estranho ao eu: a pulsão de morte, a cuja deflexão o eu deve sua própria existência. O supereu, portanto – mormente nos primórdios da vida psíquica, quando a diferença entre figuras más absolutamente aniquiladoras e “aquelas menos aterrorizantes e mais toleráveis pelo [eu]” (Id., 1991 [1958], p. 275) não está bem estabelecida –, é, ao mesmo tempo, identidade e alteridade radical. O *locus* destes objetos extremamente maus e ambigualmente alteritários – sinistros, diria Freud – são “as camadas mais profundas do inconsciente” (Ibid., p. 275), que têm em parte, portanto, aspectos superegóicos. São as camadas, possivelmente, onde se localiza o próprio núcleo do supereu.

Esta característica paradoxal do supereu está contida na própria antítese entre os termos da expressão ‘identificação projetiva’ e se atualiza na simultânea exterioridade e interioridade de quaisquer objetos maus ou ambíguos: o perverso, por exemplo, para ocupar este lugar, precisa ser apresentado como um humano que é, ao mesmo tempo, portador da mais absoluta desumanidade.

A partir desta topografia básica e originária, examinaremos então as diversas configurações de defesas – formas do pacto entre as instâncias –, e sua influência na delimitação dos objetos maus ou ambíguos. Com isso queremos identificar os traços específicos que estas defesas podem imprimir na noção de perversão permeada pelo âmbito da perversidade. Para tal, abordaremos os aspectos paranóides, fóbicos arcaicos, maníacos e obsessivos destas defesas que visam lidar com a insistente ação da inexaurível pulsão de morte. Como indica Klein, “cada etapa do desenvolvimento da libido é afetado pela [angústia] oriunda da agressividade” (Id., 1996 [1945], p. 452).

6.2

Defesas paranóides

Todo este processo descrito acima, que funda o psiquismo como tal, em suas instâncias topográficas, já é essencialmente paranóide. Ele se estabelece como uma defesa mas caracteriza uma posição, a esquizo-paranóide, por ter que ser repetido incessantemente. A reprojeção da pulsão de morte é o esforço paranóide por excelência.

No paciente paranóide, a essência de seus temores à perseguição está no sentimento de que existe uma instância hostil determinada a lhe infligir sofrimento, danos e, por fim, aniquilação. Essa instância persecutória poderá ser representada por uma ou várias pessoas, ou mesmo pelas forças da natureza. São inúmeras, e em cada caso específicas, as formas que o temido ataque pode assumir; mas a raiz do medo persecutório no indivíduo paranóide é, creio eu, o medo de aniquilamento do [eu] – em última análise pela ação da pulsão de morte (Klein, 1991 [1948], p. 54).

Em algum grau, a fantasmagoria maniqueísta da posição esquizo-paranóide (e o conseqüente sentimento de perseguição, mesmo que muito mitigado) persiste durante a vida, ao menos potencialmente, pois foi o primeiro recurso utilizado por qualquer ser humano. Klein fornece alguns indícios disto, um deles o uso corrente da expressão “ser mordido pela consciência [moral]” (Id., 1996 [1935], p. 309), que denuncia as raízes persecutórias da culpa: “ela é imaginada originalmente como algo que devora suas vítimas” (Ibid., p. 309).

Outro indício é algo tão corriqueiro quanto o medo de fantasmas, nascido da reprojeção de um objeto interno atacado e morto:

a concepção paranóica de um objeto interno morto é a de um perseguidor secreto e estranho. Ele é visto como alguém que não está completamente morto e que pode reaparecer a qualquer momento de forma astuciosa e premeditada (...) (o conceito de um fantasma perigoso) (Ibid., p. 324, nota 1).

De fato, qualquer tipo de crença na influência dos mortos sobre si carrega este estigma paranóide, projetivo, pois decorre do fato de que eles “continuam como objetos internalizados que são simultaneamente sentidos como mortos e ativos dentro do *self* de maneiras boas ou ruins” (Id., 1991 [1963], p. 328). O interessante nisto para nosso tema é que na literatura (Hamlet talvez seja o exemplo paradigmático), os fantasmas, bons ou maus, frequentemente clamam

por vingança: “não podem encontrar a paz, até serem vingados” (Ibid., p. 328). Esta demanda de vingança é quase sempre deslocada, indicando outrem como objeto contra o qual deve ser levada a cabo, mas no fundo os fantasmas “se queixam do dano que o sujeito, em seu ódio, lhes fez” (Ibid., p. 328).

Vemos aí como a vingança de um modo geral pode ser vista como um estigma paranóide, uma reativação da perseguição durante o luto:

Essa necessidade de vingança emana de [angústias] persecutórias arcaicas que são intensificadas por desejos de morte da criança contra os pais (...). O inimigo que ataca torna-se, dessa forma, uma encarnação de todos os males que o bebê espera em retaliação por seus impulsos destrutivos (Ibid., p. 327).

Uma mulher que perde o filho, por exemplo, pode ver nisto a retaliação por seus próprios desejos arcaicos de invadir o corpo de sua mãe e roubar ou destruir os bebês que fantasia lá existirem, algo insuportável a ponto de provocar o deslocamento através da reprojeção desta parte má do *self*. A sensação de estar sendo punida “fortalece a ambivalência e leva ao ódio e à desconfiança em relação aos outros” (Id., 1996 [1940], p. 396).

Enquanto trabalhava em um hospital geral, tive a chance de atender ambulatorialmente duas mulheres cujo luto por um dos filhos estendia-se já há bastante tempo e perturbava suas relações com outrem e sua disposição de modo geral. Uma delas carregava consigo recortes de jornal que noticiaram a morte de seu filho adulto pela mão de traficantes, e tornara a punição dos culpados sua bandeira; a outra, tendo perdido um bebê para uma condição súbita e de agravamento tão rápido que permaneceu sem diagnóstico, perseguia a hipótese de negligência médica e peregrinava pelas unidades do sistema de saúde em busca dos prontuários referentes a seu filho. Para ambas, a possibilidade de delimitar um culpado e dele se vingar era o único recurso que as livrava, temporariamente, da melancolia.

A confirmação de que a vingança é paranóide vem do comportamento aparentemente paradoxal do supereu durante o processo: ao mesmo tempo a impõe e, assim que é levada a cabo, trata-a como crime, passando a demandar a punição do eu (Id., 1991 [1963], pp. 333-334). A vingança, na verdade, simplesmente perdeu seu alvo e retomou o alvo original, que é o próprio eu. Isto até que a reprojeção entre em ação mais uma vez e eleja um novo alvo.

Vemos, assim, em quê as defesas paranóides influenciam o nascimento do conceito médico-legal de perversão: elas são responsáveis pela atribuição de periculosidade ao criminoso sexual, tornando-a proporcional não só à chance real de reincidência, mas também à intensidade da ação da pulsão de morte naquele que o avalia. Quanto mais perigoso o perverso é retratado – e quanto mais constantemente perigoso – maiores são as chances de que defesas paranóides estejam em ação naqueles que o julgam.

6.3

Defesas fóbicas arcaicas

A fobia arcaica, pré-edípica, é quase uma conseqüência natural da defesa paranóide. Trata-se do retorno do que foi projetado: “a necessidade de externalizar objetos persecutórios é um elemento intrínseco do mecanismo das fobias” (Klein, 1991 [1952], p. 108). Assim, o fundamento da paranóia contribui para as fobias, mesmo as posteriores, já possivelmente edípicas, como o “medo infantil de mágicos, bruxas, feras malvadas, etc.” (Id., 1996 [1935], p. 304).

As manifestações fóbicas mais arcaicas incluem os pavores noturnos e o medo de estranhos (Id., 1991 [1952], p. 108). Klein menciona mais frequentemente as fobias que qualifica de arcaicas em relação a uma figura proto-edípica: a dos pais combinados, num período quando o pênis do pai, admirado por sua “potência e poder” (Id., 1991 [1963], p. 317) ainda não se emancipou do corpo materno.

Desdobramento da inveja do seio que alimenta a si próprio, a figura dos pais combinados reflete, num plano já fálico, a inveja da criança do gozo ininterrupto que supõe que desfrutem. “A agressividade da criança suscitada pela relação sexual é projetada nessa figura” (Segal, 1975, p. 122), que dá origem, entre outras, à imago da mulher fálica. O objeto mau resultante deste mecanismo é um compósito sexualmente ambíguo. Segal menciona o sonho de uma paciente onde aparecia “um homem monstruosamente gordo, grávido, com enormes dentes” (Ibid., p. 122), figura que combina potência masculina e fertilidade feminina.

Essa figura tem características que também estão presentes no perverso oitocentista, pois o pavor que este desperta fala não só da periculosidade que lhe é

atribuída, mas também da inveja subjacente de sua potência e plenitude, do gozo ilimitado que lhe é suposto. As fobias arcaicas ilustram ainda como o aspecto monstruoso, composto, do perverso – uma monstruosidade moral que chega a se transfigurar em monstruosidade física, como vimos nas descrições de Krafft-Ebing – é tributário do curto-circuito no mecanismo de cisão, instaurado pela inveja excessiva.

6.4

Defesas maníacas

A mania configura-se durante a posição depressiva, sendo principalmente uma defesa contra a ambivalência, mas Klein indica que se trata de um esforço por parte do eu de “fugir não só da melancolia, mas também de uma condição paranóica que ele não consegue dominar” (Klein, 1996 [1935], p. 318).

A mania consiste então na conjugação de um retrocesso paranóide à cisão, com a diminuição da intensidade da projeção da pulsão de morte, característica da posição depressiva. Projeta-se a pulsão de morte apenas o suficiente para reconstituir o objeto mau, cindido, externamente, reservando-se sua maior parte ao eu, o que dá origem ao sentimento de onipotência.

Assim o pavor que se tinha dos objetos maus é negado, e o eu se sente capaz de aniquilá-los, o que nem sempre é levado a cabo, já que a destruição do objeto tem conseqüências paranóides – a saber, seu incessante e surpreendente retorno. Na onipotência maníaca, o potencial de aniquilação, na verdade, envolve também um potencial de ressurreição:

Quando a mania estava em ascendência (...) os objetos eram mortos, mas como o sujeito era onipotente, ele acreditava ser capaz de chamá-los imediatamente de volta à vida. Um de meus pacientes falava desse processo como “mantê-los em animação suspensa”. Essa matança corresponde ao mecanismo de defesa (mantido desde a fase anterior) de destruir o objeto; a ressurreição corresponde à reparação feita a esse objeto. Nessa posição, o [eu] chega a um acordo semelhante em relação aos objetos reais (Ibid., p. 319).

Manter o objeto mau em animação suspensa significa controlá-lo, humilhá-lo e torturá-lo (Id., 1996 [1940], p. 395). As defesas maníacas, “na medida em que se voltam principalmente contra os sentimentos persecutórios (e não tanto contra

o anseio pelo objeto amado), têm um caráter extremamente sádico e violento” (Ibid., p. 403). Este sadismo egossintônico é possibilitado pela deflexão constante da culpa do próprio *self* para o objeto mau externo, promovida pelo eu:

Uma vez que a parte destrutiva e odiada do *self* que é excindida e projetada é sentida como um perigo para o objeto amado e, portanto, dá origem à culpa, esse processo de projeção de certo modo também implica uma deflexão da culpa do *self* para a outra pessoa. A culpa, entretanto, não foi eliminada e a culpa defletida é sentida como uma responsabilidade inconsciente para com aqueles que se tornaram representantes da parte agressiva do *self* (Id., 1991 [1946], p. 31).

Esta parece ser a base da indignação virtuosa, uma identificação com a figura mitológica do herói, responsável por lidar com os monstros que são suas próprias partes excindidas.

A marca das defesas maníacas no nascimento do conceito oitocentista de perversão se apresenta no desprezo e ridicularização de determinadas práticas sexuais, bem como no controle e humilhação que perpassam o julgamento dos criminosos sexuais. Além disso, a deflexão da culpa inflaciona a real responsabilidade legal destes sujeitos, e torna sua punição uma necessidade inapelável, pleiteada às vezes enfaticamente até mesmo (ou principalmente) por aqueles que nada têm a ver com o caso em questão.

A mania promove o desprezo a um objeto, mas isto é uma reação a uma angústia paranóide subjacente, o pavor do objeto. Esta sobreposição das defesas paranóides e maníacas pode esclarecer o fato do perverso oitocentista oscilar entre o ridículo e o monstruoso. O sonho da paciente de Segal com o homem grávido de enormes dentes demonstra as origens paranóides do desprezo e da ridicularização que recaem, no perverso oitocentista, sobre um monstro agora cotidiano e banalizado: no sonho, o monstro

exibia-se e fazia discursos. Todo mundo por perto estava rindo e ela [a paciente] não sabia se devia ter pena do homem, nojo, ou se devia rir com todo mundo (...). Tal figura era freqüentemente experimentada pela paciente como sendo enormemente ameaçadora e perseguidora. Todavia, nesse sonho, pôde lidar com ela pelo desprezo e ridículo maníacos. (Segal, 1975, pp. 122-123)

Vê-se aí que o pavor e a perseguição, fantasísticos, subjazem ao desprezo e ao ridículo tipicamente reservados aos ditos pervertidos.

6.5

Nota sobre as defesas obsessivas

Klein não se estende a respeito das defesas obsessivas, que surgem tarde, durante o segundo ano de vida (Klein, 1991 [1952], p. 109), mas ao menos um de seus elementos é motivado pelo pacto entre as instâncias para lidar com a pulsão de morte.

O objeto mau tipicamente obsessivo são as fezes, com as quais se lida separando-se delas e expulsando-as para longe.

O controle dos esfíncteres prova-lhe que ele [o bebê] pode controlar os perigos internos e seus objetos internos. Além do mais, os excrementos reais servem como evidência contra os temores fantasiados da qualidade destrutiva deles. Podem agora ser expelidos em conformidade com as exigências da mãe (...). Como resultado, o bebê pode sentir que o dano que, em suas fantasias agressivas, foi feito por seus excrementos aos seus objetos internos e externos pode ser desfeito (Ibid., pp. 109-110).

O dano é desfeito em fantasia pela separação e exílio do objeto mau, num processo que precisa ser repetido incessantemente. Este processo de limpeza pode motivar e orientar todo o julgamento e condenação dos criminosos sexuais. A necessidade de identificar e manter sob controle as “fezes” no tecido social, bem como a própria idéia seja da prisão seja do manicômio judiciário – locais de exílio que separam com fronteiras nítidas e concretas os criminosos e loucos (objetos maus) do resto da sociedade (do *self*) – contém um aspecto obsessivo, principalmente se tais soluções comportarem a fantasia de que de alguma forma desfazem ou compensam magicamente os danos que estes sujeitos tenham feito ao tecido social.

7

Conclusão

Em busca da ancoragem do criminoso sexual na fantasia e dos efeitos desta ancoragem na teorização das perversões, chegamos a um entendimento psicanalítico dos elementos em jogo na cientificação da perversidade como um diagnóstico, desde suas origens no século retrasado.

Se, como defendi outrora (Frota Neto, 2005), a categoria diagnóstica perversão é tomada por Freud apenas como ponto de partida, e tornada cada vez mais obsoleta à medida que avança sua obra, podemos agora identificar algumas das moções pulsionais que – ao lado das razões clínicas e das metapsicológicas, que certamente existem – resistem a esta obsolescência.

Ao buscarmos localizar nosso ponto de partida nas idéias de Freud a respeito das coletividades e sua dinâmica, percebemos nelas, aquém da submissão natural das massas e do papel do líder no estabelecimento e manutenção da intolerância, que na forma primitiva de laço grupal as funções de objeto de desejo, de líder e de inimigo nem mesmo chegam a se diferenciar entre si. Trata-se, naturalmente, do modelo da horda primeva, cujo centro organizador, o pai, define e localiza o eixo fantasístico onde encontramos as representações do criminoso sexual e do perverso.

Nascido de um conjunto institucional que responde ao perigo, o conceito científico de perversão, por sua vez, baseou-se, antes de mais nada, na crueldade, alçando o sadismo ao posto de perversão paradigmática. Somou-se a isto a herança teológica que levou Krafft-Ebing e seus contemporâneos a ratificarem, agora cientificamente, a doutrina teleológica das virtudes da genitalidade, por um lado, e os fantasmas da monstruosidade consequente de sua não-observância, por outro. A figura do perverso, assim, reduziu, absorveu e confiscou os equívocos e inverossimilhanças que constituem as características próprias do monstro.

Passamos então a analisar as consequências do abandono freudiano de sua *neurotica* para a concepção psicanalítica das perversões. Pois a primeira destas consequências é a primazia da fantasia não só sobre a memória, os sintomas e, de forma geral, as formações do inconsciente, mas também sobre os comportamentos

sexuais, tentativas de atuação que estão longe de proporcionarem o gozo supremo que a inveja ocasionalmente lhes atribui. Freud opera, com esta ideia, uma distinção entre o sedutor perverso fantasístico, uma personagem mítica, remetida por cada geração à sua precedente, e o indivíduo que busca uma identificação com ele, tentando emulá-lo na conduta sexual que lhe é atribuída em fantasia.

A relação de qualquer sujeito com o perverso fantasístico fundamenta-se no masoquismo primário e na ambivalência inerente às satisfações passivas, que é suficiente para suscitar o horror. Sendo o masoquismo primário um esforço projetivo de deflexão da pulsão de morte, o horror às perversões é uma manifestação da angústia diante do iminente retorno de pulsões mortíferas recalçadas, e o séquito oitocentista de perversos insere-se na linhagem de personificações da inescapável e involuntária ação destas pulsões naqueles que os percebem.

O exame da reação de horror, por sua vez, nos levou a perceber que o monstro, assim como seu pálido herdeiro, o perverso, são produtos da *Verleugnung*: são a um só tempo invejosos, ou munidos de um desejo destrutivo, e plenos, pois supõe-se que gozem ilimitadamente – castrados e não castrados; daí encarnarem a essência da periculosidade mesma. Do pai primevo, a ancoragem do perverso na fantasia estende-se, pois, até a mãe fálica.

Nesta interseção, entre teratologia e psicopatologia sexual, localizam-se desde as superstições antigas e medievais até fenômenos históricos com consequências bastante reais, como a caça às bruxas promovida pela Inquisição. Afinal, as descrições das orgias incestuosas e escatológicas – o *Sabbath* – encontradas nos julgamentos de bruxas, que foram levados a cabo em inúmeras partes do mundo e às vezes até tão tarde quanto a segunda metade do século XIX, são predecessoras diretas dos estudos de caso de Krafft-Ebing.

A fim de aprofundar o estudo da projeção, da inveja e dos destinos da pulsão de morte, recorreremos, enfim, às idéias de Melanie Klein. Em Klein a origem do complexo edipiano, em especial de seu componente hostil, deriva não só do ciúme, mas também de uma espécie de anseio por um objeto externo que seja menos terrível que as representações psíquicas sádico-orais do objeto primário que o sujeito nutre. O complexo faz parte, pois, de um esforço de lidar

com a pulsão de morte, que atravessa todo o desenvolvimento e põe em ação, entre outros, a cisão do objeto primário, e a projeção e o deslocamento das moções hostis. Deste esforço de compromisso entre um isso sádico e um severo supereu arcaico produz-se objetos convenientes de ódio, notoriamente o pai, mas também a mãe, antes disso, e, entre outros, o sedutor perverso, depois, quando adquire a vantagem de ser plenamente sacrificável.

A fantasmagoria maniqueísta da posição esquizo-paranóide e o conseqüente sentimento de perseguição atualizam-se na atribuição de periculosidade aos criminosos sexuais, tornando-a proporcional não só à chance real de reincidência destes indivíduos, mas também à intensidade da ação da pulsão de morte naqueles que os avaliam.

A inveja, índice da frustração decorrente da insaciabilidade das pulsões, configura-se imediatamente em sua origem como ressentimento do seio, percebido como pleno e, conseqüentemente, mesquinho e hostil, posto que intermitente. A inveja então, que em Freud apresenta-se como inveja do pênis, tem como antepassado a inveja do seio e, para além dele, inveja da plenitude, ou da auto-suficiência. O curto-circuito no mecanismo de cisão que assim se instaura – um objeto sumamente bom, do qual dependemos completamente, mas que nos destrói por sua ausência – é o que é simbolizado não só na figura terrificante dos pais combinados – tal como na cena primária – mas também no aspecto ambíguo do perverso, desejante porém pleno, e empresta a inverossimilhança às suas descrições mais teratológicas.

O outro dos pólos entre os quais é situado o perverso, que segundo Lanteri-Laura está entre o ridículo e o monstruoso, é tributário das defesas maníacas contra uma situação paranóica subjacente. A marca destas defesas se apresenta no desprezo de determinadas práticas sexuais, na ênfase em seu caráter bizarro, bem como no controle e humilhação que perpassam o julgamento dos criminosos sexuais, em nome da negação do pavor que se tem dos objetos maus e da manutenção do sentimento de que se pode aniquilá-los. Além disso, a deflexão de culpa que a mania comporta pode inflacionar a real responsabilidade legal destes sujeitos e fomentar toda espécie de indignação virtuosa.

Em todo este trajeto pudemos identificar algumas das moções pulsionais

que ainda hoje reiteram noções oitocentistas a respeito das organizações mais heterodoxas da sexualidade. O masoquismo primário, a fabulação de sedução, o sentimento de horror, os produtos da Verleugnung, a inveja e as defesas paranóides e maníacas, todos estes elementos, quando assim abordados em relação ao tema da perversão como diagnóstico, talvez enriqueçam a práxis analítica, não só como crítica da cultura – no esforço necessário e constante de identificação das atuações contemporâneas do enredo arcaico do assassinato do pai primevo, a serviço da intolerância –, mas também como clínica, tanto no sentido de uma abordagem mais matizada e complexa da sexualidade – que não traga de antemão o molde que nela imprime o selo da perversão – quanto no sentido dos benefícios clínicos que podem advir do reconhecimento de que o lugar do algoz no discurso é um sintoma, mesmo quando este lugar é ocupado secundariamente, mediante identificação, pelo eu.

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, S. **A impostura perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BARANDE, R. Poderemos nós não ser “perversos”? Psicanalistas, ainda mais um esforço. In: M’UZAN, M. et al. **A sexualidade perversa**. Lisboa: Vega, 1980. p. 159-179.
- DAVIDSON, A. **The emergence of sexuality**: historical epistemology and the formation of concepts. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- FOUCAULT, M. (1974-75) **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREUD, S. (1938) Esboço de Psicanálise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1933 [1932]) Por que a guerra? In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1931) Sexualidade feminina. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1930) **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. (1927) **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. (1925a) **Inibições, sintomas e angústia**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- _____. (1925b) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924a) Um estudo autobiográfico. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924b) O problema econômico do masoquismo. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924c) A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1923) **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. (1922a) A cabeça de medusa. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1922b) Uma neurose demoníaca do século XVII. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1920) Psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1919a) Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1919b) O 'estranho'. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917a) Conferências introdutórias sobre Psicanálise, parte III, Teoria geral das neuroses: conferência XXI – O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917b) Conferências introdutórias sobre Psicanálise, parte III, Teoria geral das neuroses: conferência XX – A vida sexual dos seres humanos. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1916) Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912-13) **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

_____. (1908a) Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1908b) Caráter e erotismo anal. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905a) Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905b) Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905c) Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1901) Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1899) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess - carta 101. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1897) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess - carta 69. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1896a) A etiologia da histeria. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1896b) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess - carta 52. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROTA NETO, E. H. **Pela travessia da perversão**: leitura crítica de suas configurações psicanalíticas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

GIRARD, R. (1982) **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. (1972) **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

HANNS, L. A. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

JARECKI, A. (direção) **Na Captura dos Friedmans**. Barueri: Alpha Filmes, 2004. DVD (107 min).

JONES, E. **On the nightmare**. Nova Iorque: Liveright Publishing Corp., 1971.

KLEIN, M. (1963) Algumas reflexões sobre *A Orestéia*. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1958) Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1957) Inveja e gratidão. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1955) Sobre a identificação. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1952) Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1948) Sobre a teoria da ansiedade e da culpa. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1946) Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. (1945) O complexo de Édipo à luz das ansiedades arcaicas. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1940) O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1937) Amor, culpa e reparação. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1935) Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1930) A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1929a) Situações de ansiedade infantil refletidas em uma obra de arte e no impulso criativo. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1929b) Personificação no brincar das crianças. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KRAFFT-EBING, R. V. (1886) **Psychopathia Sexualis**: as histórias de caso. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRISTEVA, J. **Powers of horror**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.

LANTERI-LAURA, G. (1979) **Leitura das Perversões**: história de sua apropriação médica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

RIBEIRO, A. **Caso Escola Base**: os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 2000.

RIVIERE, J. Ódio, cobiça e agressão. In: KLEIN, M.; RIVIERE, J. **Vida emocional dos civilizados**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

RUDGE, A. M. Jones e Lacan: pesadelos, demônios e angústia. In: **Revista Pulsional**, ano XVII, n. 181, p. 80-87. São Paulo: Escuta, março/2005. Trimestral.

SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

VALAS, P. **Freud e a perversão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.